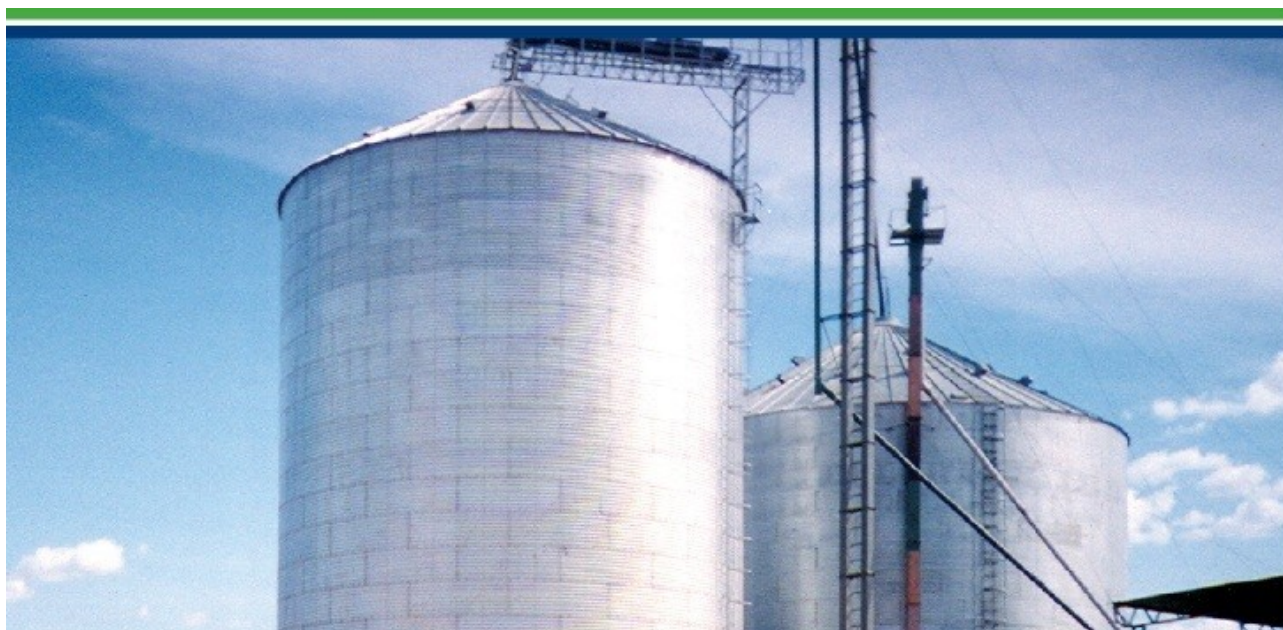


Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RS



RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012



Porto Alegre, RS - 2013

Equipe de Elaboração do Relatório

- **Ernesto Irgang**
- **José Ramão Kuhn Bicca**

Colaboradores

- **Alexandre Pinto**
- **Carlos Alberto Seibert dos Santos**
- **Jaira Zanuzo Testa**
- **Leopoldo Karnopp**
- **Luzia Teixeira**
- **Maria Antonieta Franarin Spier**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RS**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG RS

Porto Alegre, RS - 2013

Sumário

Lista de Siglas.....	6
Lista de Quadros.....	8
Lista de Figuras.....	9
Introdução.....	10
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	12
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	12
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	16
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	24
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	24
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	28
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	31
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	31
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	32
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	32
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	32
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP.....	33
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	34
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	34
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	39
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	40
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	40
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	40
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	40
4.2.2. Venda em Balcão.....	41
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	43
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	45
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	46
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	46
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	47
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	47
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	48
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	48
6.3. Classificação de Produtos Agrícolas.....	49
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	50
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	50
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	55
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	57
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	59
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	60
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	60
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	62
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	62
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	63
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil.....	63
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	68
11.1. Alocação de Servidores.....	68
11.2. Comunicação na Instituição.....	68

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	69
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	70
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	76
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	76
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	78
12.1. Programas e Ações do PPA.....	78
12.2. Restos a Pagar	80
12.5. Demonstrações Contábeis	80
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	81
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	82
13.1. Controle Interno da UJ	82
13.3. Auditoria Interna.....	83
Resultados e Conclusões.....	91
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	92

Lista de Siglas

AF	Armazém Frigorífico
AFCAAL	Armazém Frigorífico Cel. Augusto Álvaro Leitão
AFPA	Armazém Frigorífico de Porto Alegre
AGF	Aquisição do Governo Federal
BLE	Boletim de Liberação de Estoques
CDA	Cadastro de Unidade Armazenadora
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Centrais de Abastecimento S.A.
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho de Administração
CPR	Cédula de Produtor Rural
DIPAI	Diretoria de Políticas Agrícolas e Abastecimento
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNARBE	Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa
GEASA	Gerência de Avaliação de Safras
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência Financeira e Administrativa
GEINT	Gerência de Informações Técnicas
GEOPE	Gerência de Operações
GEOTE	Gerência de Geotecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e de Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MOC	Manual de Operações da Conab
NOC	Normas da Organização da Conab
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMTI	Programa de Modernização da tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORE	Procuradoria Regional
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SECOF	Setor Contábil Financeiro
SECOM	Setor de Comercialização
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO	Setor de logística e Apoio à Gestão
SEOPE	Setor de Operações
SEPAB	Setor de Programas de Abastecimento
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Setor Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SICAF	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro de Armazéns
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SUARM	Superintendência de Armazenagem
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio
SUOFI	Superintendência de Orçamento e Finanças
SUREG/RS	Superintendência Regional do Rio Grande do Sul
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Armazenadora
UA POA	Unidade Armazenadora Porto Alegre
UF	Unidade Federativa
UJ	Unidade Jurídica
VEP	Valor de Escoamento de Produto

Lista de Quadros

Quadro 2.2.1	Principais empresas do setor privado de armazenagem	29
Quadro 2.2.2	Principais empresas do setor privado de comercialização de grãos	29
Quadro 2.2.3Pr	Principais empresas de Classificação de grãos	29
Quadro 2.2.4 Pr	Principais clientes do setor público – armazenagem	30
Quadro 2.2.5 P	Principais clientes do setor privado – armazenagem	30
Quadro 3.1.1Re	Relação Preço ao Produtor X Preço Mínimo	31
Quadro 3.2.1A	Aquisição de produtos através da AGF	32
Quadro 3.2.1.2	Aquisição de produtos através da AGF - Sacaria	32
Quadro 3.2.1.3	Dez maiores operações na AGF	32
Quadro 3.2.3.1	Demonstrativo de Comercialização de PEP	33
Quadro 3.2.3.2	Dez maiores operações de PEP	33
Quadro 3.2.4.1	Demonstrativo de Comercialização de PEPRO	34
Quadro 3.2.4.2	Dez maiores operações de PEPRO	34
Quadro 3.2.5.1	Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)	35
Quadro 3.2.5.2	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	35
Quadro 3.2.5.3	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	35
Quadro 3.2.5.4	Quantidade e recursos dispendidos por instrumento	36
Quadro 3.2.5.5	Dez maiores operações na CPR-Doação	37
Quadro 3.2.5.6	Dez maiores operações na CPR-Estoque	37
Quadro 3.2.5.7	Dez maiores operações na CDAF	37
Quadro 3.2.5.8	Produtos originados do PAA transferidos para outras UF's	38
Quadro 4.2.1.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	41
Quadro 4.2.1.2	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	41
Quadro 4.2.2.1	Demonstrativo de Vendas em Balcão de Milho no Rio Grande do Sul	42
Quadro 4.2.2.2	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	43
Quadro 4.2.2.3	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	44
Quadro 4.2.4.1	Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados em 2012	45
Quadro 5.1.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros - Ceasas	46
Quadro 5.1.2	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	47
Quadro 6.1.1	Estoque de Terceiros Armazenados em Unidades Próprias	48
Quadro 6.1.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	49
Quadro 7.1.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	50
Quadro 7.1.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	51
Quadro 7.1.3	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	51
Quadro 7.1.4	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	53
Quadro 7.1.5	Investimentos em Unidades Próprias	54
Quadro 7.1.6	Capacidade Estática de Armazenagem X Demanda	54
Quadro 7.1.7	Relação Capacidade Estática – Produção de Grãos	55
Quadro 7.2.1	Fiscais lotados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul	55
Quadro 7.3.1	Demonstrativo das Remoções Contratadas	57
Quadro 11.4.1	Ações de Capacitação	69
Quadro 11.5.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	70
Quadro 11.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	70
Quadro 11.5.3	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	71
Quadro 11.5.4	Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	71
Quadro 11.5.5	Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade	72
Quadro 11.5.6	Composição do Quadro de Estagiários	72
Quadro 11.5.7	Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	73

Quadro 11.5.8	Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância	74
Quadro 11.5.9	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	74
Quadro 11.5.10	Sistema de Apreciação de Registros de Atos de Admissão e Concessões	75
Quadro 12.1.1	Ações orçamentárias da UJ	78
Quadro 12.1.2	Ações de outros órgãos executadas pela UJ	79
Quadro 12.2.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores	80
Quadro 12.7.1	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	81
Quadro 12.5.1	Balanco Patrimonial	92
Quadro 12.5.2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	94
Quadro 12.5.3	Demonstração do Resultado do Exercício	95
Quadro 12.5.4	Demonstração do Valor Adicionado	96
Quadro 12.5.5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	97
Quadro 13.1.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	82
Quadro 13.3.1	Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012	87
Quadro 13.3.2	Descrição das Categorias	88

Lista de Figuras

Figura 1	Macroprocesso de Sustentação de Renda	18
Figura 2	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	19
Figura 3	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	20
Figura 4	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	20
Figura 5	Macroprocesso de Prestação de Serviços	21
Figura 6	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	22
Figura 7	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	22
Figura 8	Comparativos do Levantamento da Safra 2011/2012	64
Figura 9	Estimativa do 12º Levantamento da Safra 2011/2012	65
Figura 10	Localização da produção agropecuária do RS	66
Figura 11	Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012	87
Figura 12	Quantidade de Recomendações por Tipo	89
Figura 13	Quantidade de Recomendações por Categoria	89
Figura 14	Recomendações por Subcategorias	90

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

No exercício em comento foi dada continuidade às diversas operações de apoio ao abastecimento alimentar e à comercialização da produção, através da implementação dos diversos mecanismos da política governamental para estes setores, entendendo-se ser a Superintendência Regional o braço operacional da CONAB para a efetivação destas ações no Estado do Rio Grande do Sul.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados para o exercício de 2012, decorreram do acúmulo de operações de apoio à comercialização definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e demandados pelos setores produtivos de arroz e trigo, da alta demanda de milho através do Programa Venda Balcão, das atividades de apoio ao PAA e as ações de Ajuda Humanitária Internacional, com doação de arroz beneficiado a diversos países, em relação ao número de empregados disponíveis para o atendimento desta gama de operações.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
11. Gestão de Pessoas		
11.3	Estratégia de Atuação referente às ações destinadas a melhorar o clima organizacional	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

11.7	Previdência Complementar – CIBRIUS - Resultado Financeiros - Demonstrativo da Posição das aplicações - Análise das conclusões do Parecer Atuarial anual	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.4	Transferência mediante Convênio	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.2	Deliberações do TCU/CGU	Não houve procedimentos

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MAPA		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: SUREG/RS			
Código SIORG: 87129	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 135315
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 26.461.699/0001-80	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3326.6400	(51) 3326.6464	
Endereço Eletrônico: rs.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Rua Quintino Bocaiúva,57 - Bairro Floresta/ POA-RS CEP: 90.440-051			

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<p>A Companhia Nacional de Abastecimento-Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social (1ª versão) aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, publicado no DOU em 31/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia encontra-se em sua 9ª Versão, tendo sido alterado pelos seguintes decretos: 2ª Versão – Decreto 369, de 19/12/1991, publicado no DOU em 20/12/1991; 3ª Versão – Decreto s/nº, de 03/07/1995, publicado no DOU em 04/07/1995, 4ª Versão – Decreto 1.816, de 09/02/1996, publicado no DOU em 09/02/1996; 5ª Versão – Decreto s/nº, de 19/12/1996, publicado no DOU em 20/12/1996; 6ª Versão – Decreto 2.390, de 19/11/1997, publicado no DOU em 21/11/1997; 7ª Versão – Decreto 3.336, de 13/01/2000, publicado no DOU em 14/01/2000; 8ª versão – Decreto 4.514, de 13/12/2002, publicado no DOU em 16/12/2002; 9ª Versão – Decreto 6.407, de 24/03/2008, publicado no DOU em 25/03/2008.</p>

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<p>Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social, Regimento Interno, Processos Internos</p>

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Manual de Operações da Conab – MOC
Normas de Organização - NOC
Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos

Estrutura Organizacional

A Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg/RS é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05, de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Arts. 52 a 70 do Regimento Interno.

Com sede em Porto Alegre, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia;
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

A estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Estrutura de Governança Corporativa

- **I – Superintendência Regional – SUREG**
- **II – Procuradoria Regional - PRORE**
- **III – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES**
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- **IV – Gerência de Operações - GEOPE**
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB

- **V – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD**
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro - SECOF
- **VI – Unidades Operacionais**
 - a) Armazém Frigorífico - AF
 - b) Unidade Armazenadora - UA

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
<p>Superintendência Regional Superintendente: Glauto Lisboa Melo Júnior –(01/12/2011a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes de Área GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE Gerente: Gilson da Costa Pereira (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: José Ramão Kuhn Bicca - (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEDES Gerente: Aldair Costa da Silva – (02/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>Gerentes das Unidades Armazenadoras Unidade Armazenadora Porto Alegre – UA POA Gerente: James da Silva – (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>Armazém Frigorífico de Porto Alegre – AFPA Gerente: Auri Germano Faller – (01/01/2012 a 31/12/2012)</p> <p>Armazém Frigorífico Cel. Augusto Álvaro Leitão – AFCAAL Gerente: Nilson Cleber Delcanalles Sehn – (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135318	UF – Augusto A Leitão
135319	AF – Porto Alegre
135322	UA – Porto Alegre
135316	Unid. Estoque Estratégico/RS
135317	Núcleo Estoque Regulador/RS PGPM
135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul
135442	Mercado de Opções/RS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135318	22211
135319	22211
135322	22211
135316	22211
135317	22211
135556	22211
135442	22211

Código da UJ titular do relatório: 259 Sureg – RS

Códigos das UJs abrangidas: Não consolida outras unidades

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em Funcionamento

Função de governo predominante: 20 - Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2221	135315	Conab Sede Sureg Rio G. Do Sul	RS	Executora	ON LINE
2221	135318	UF-Augusto A. Leitão	RS	Executora	OFF LINE
2221	135319	AF-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2221	135322	UA-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2227	135316	Unid. Estoque Estratégico/RS	RS	Executora	OFF LINE
2228	135317	Núcleo Estoque Regulador/ RS PGPM	RS	Executora	OFF LINE
2242	135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul	RS	Executora	OFF LINE
2234	135442	Mercado de Opções RS	RS	Executora	OFF LINE

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os

objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Macroprocesso de Sustentação de Renda

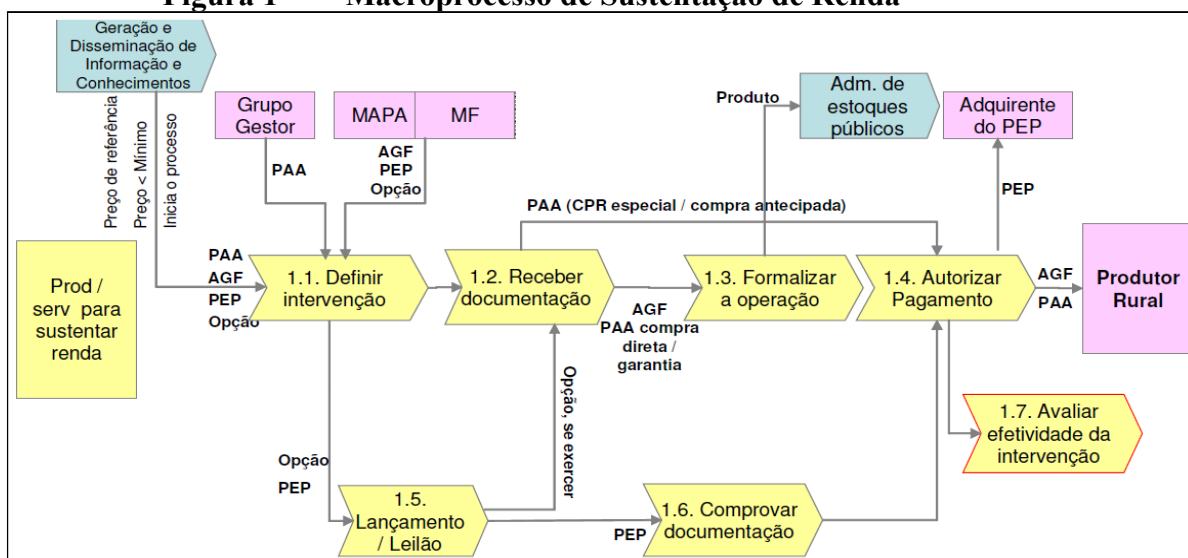
Este macroprocesso identifica o atendimento aos produtores rurais, através das necessidades de intervenção no mercado com o objetivo primordial de manutenção da renda do setor. Para o seu atingimento, são utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e/ou do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Os instrumentos disponibilizados para as ações ligadas à aquisição e subvenção são o AGF, o Contrato de Opção de Venda, o PEP e o PEPRO oriundos da PGPM e a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação, oriundos do PAA.

A SUREG/RS como braço operacional da CONAB no Rio Grande do Sul tem efetiva participação nestas ações, no tocante aos procedimentos de fiscalização prévia quanto ao armazenamento dos produtos adquiridos, no recebimento, análise e lançamentos contábeis da documentação de todas as operações, e da liquidação financeira do AGF e Contratos de Opção, enquanto as liquidações financeiras das operações de PEP e PEPRO são executadas pela SUOFI/Matriz. Já os processos relativos ao PAA sofrem fiscalizações aleatórias, em razão da sua constância e abrangência territorial.

Visto se tratar de processos de compra e venda, seus procedimentos operacionais seguem as regras comerciais, estando sua eficácia na dependência da agilidade de tomadas de decisão dos órgãos governamentais responsáveis por sua implementação.

Figura 1 - Macroprocesso de Sustentação de Renda



Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, diretamente ou indiretamente por meio de atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores e varejistas. Inicia-se pela identificação da necessidade de uma intervenção no abastecimento e na regulagem dos preços de mercado dos produtos agrícolas, por meio de vendas pelo Programa Balcão, vendas dos estoques através de Leilão Público via Bolsas de Mercadorias ou pela concessão de subvenção econômica utilizando os mecanismos de PEP, PEPRO e VEP, também ofertados por meio de Leilões Públicos.

Definidas as ações a serem implementadas, cabe à Superintendência Regional, no caso do Programa Balcão, tomar todas as providências no cadastramento dos adquirentes, indicar locais de venda e volumes a serem comercializados, sugerir preço de venda, emitir os documentos necessários ao pagamento e notas fiscais de venda e promover fiscalizações aleatórias junto aos produtores cadastrados ao Programa.

Em relação aos leilões de venda dos estoques públicos, cabe à Superintendência Regional a sugestão de indicação de lotes a serem comercializados, fiscalizar as atividades das Bolsas de Mercadorias por ocasião dos eventos de leilão, proceder a emissão dos documentos relativos às vendas realizadas, acompanhar as operações de retirada dos produtos pelos adquirentes junto aos armazéns depositários e organizar os documentos em processos específicos.

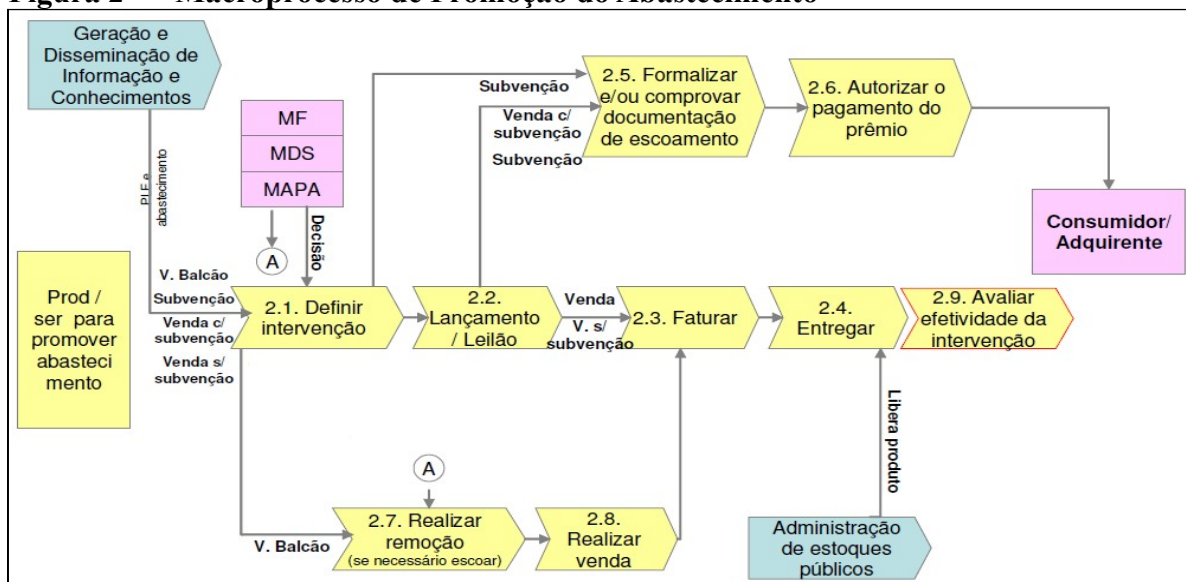
Nas atividades relacionadas aos programas de subvenção, é competência da Superintendência Regional a fiscalização das atividades das Bolsas de Mercadorias por ocasião dos eventos dos leilões, receber, analisar e criticar os documentos pertinentes às operações previstos nos editais e avisos de leilões, encaminhar quadros resumos para a SUOFI/Matriz proceder o pagamento das operações e organizar os documentos em processos específicos.

As operações de venda do Programa Balcão propiciam um relacionamento direto com pequenos e médios produtores, através das suas organizações, no tocante a divulgação das disponibilidades de produto à venda e das regras estabelecidas, além do cadastro dos adquirentes junto à CONAB, possibilitando desta forma maior abrangência e segurança na operacionalização do programa., respondendo de imediato as demandas dos agricultores.

As ações com os mecanismos de subvenção também se tornam importantes, pois beneficiam tanto o segmento de produção quanto o de consumo dos grãos agrícolas, no momento

em que procuram retirar excedentes das zonas de produção e atender outros mercados desabastecidos, sem a necessidade de formação de estoques públicos, proporcionando aos produtores o pagamento da sua produção pelo valor do preço mínimo fixado pelo Governo Federal, respeitadas as regras e prazos estabelecidos nos editais e avisos de leilão público dos prêmios de subvenção.

Figura 2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



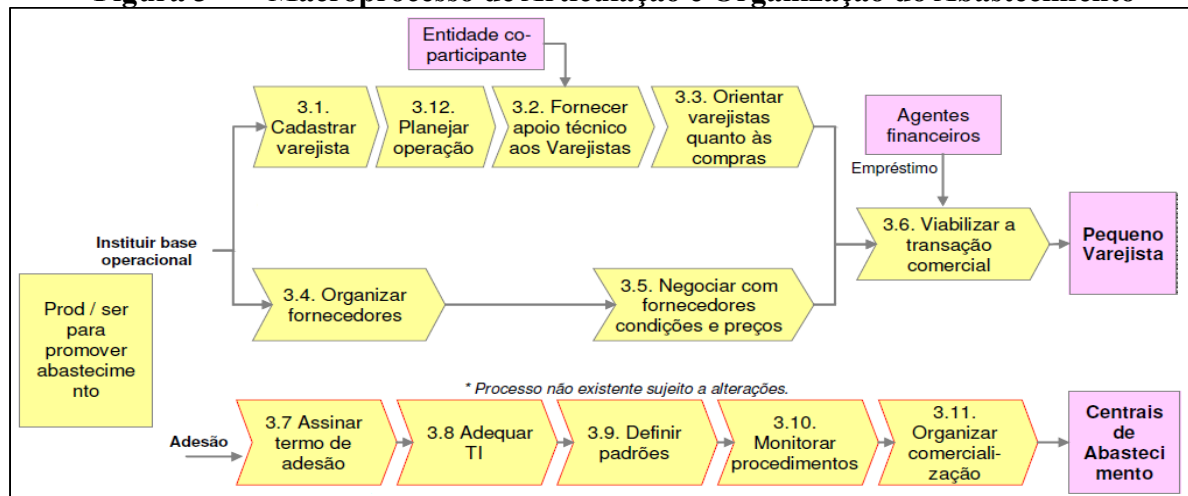
Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades desenvolvidas no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno, quais sejam o PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e a REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

O PROHORT foi criado com o intuito de preencher o espaço formado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização – Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais representadas pelas CEASAS, enquanto a REFAP foi gestada com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, visando o fortalecimento do comércio de pequeno porte.

A Superintendência Regional do RS não tem tido participação ativa nestes dois processos, visto que as ações do PROHORT estão sendo coordenadas diretamente pela área específica da Matriz, enquanto a REFAP não foi implantada nesta região.

Figura 3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

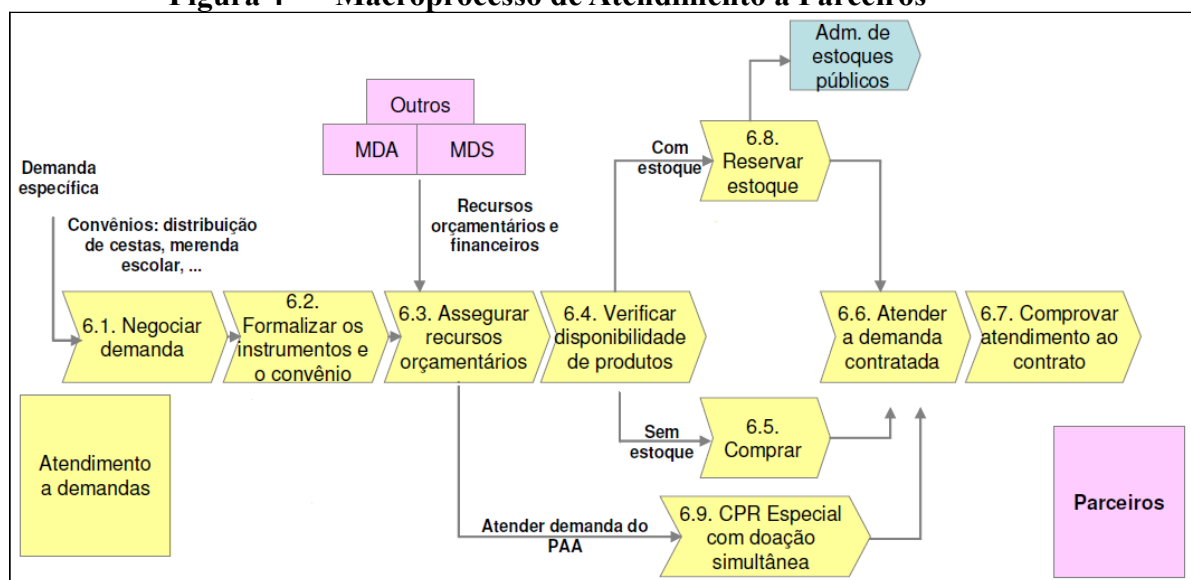


Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Este macroprocesso está relacionado ao atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos, especialmente o MDA, o MDS e o Palácio do Itamaraty, este no tocante às ações da Ajuda Humanitária Internacional.

Todos os convênios e acordos são de competência da Matriz, sendo de responsabilidade da Superintendência Regional todas as demandas operacionais, desde o recebimento até a distribuição dos produtos ao público-alvo.

Figura 4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

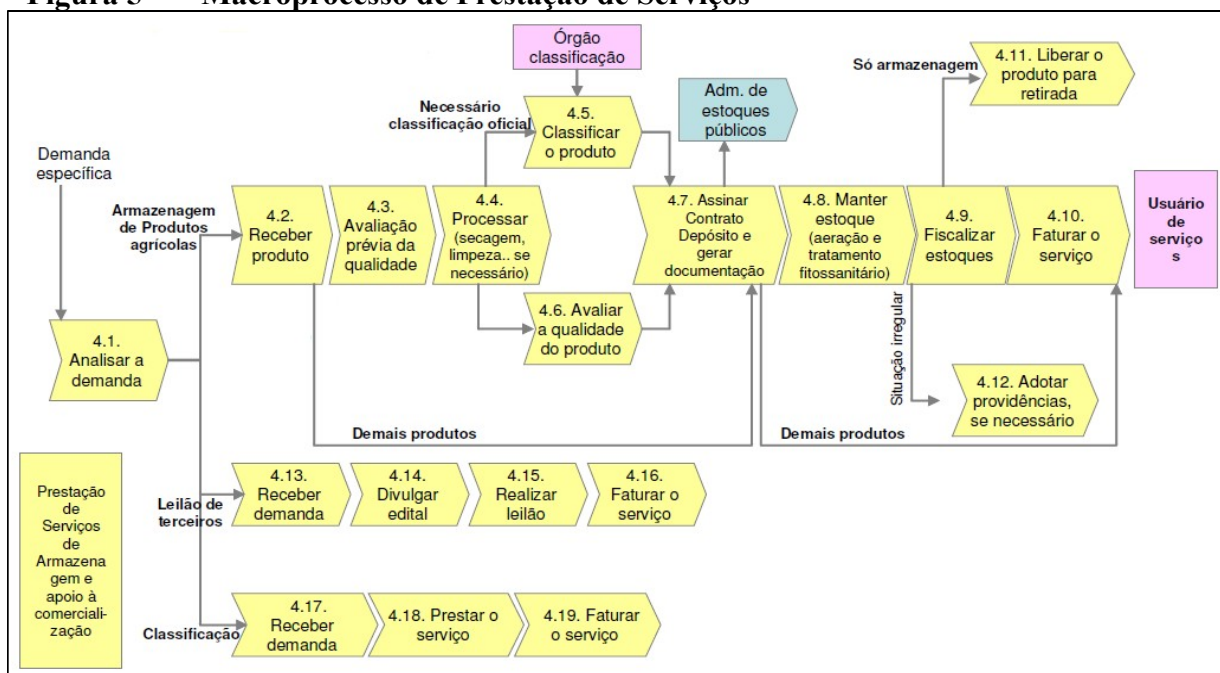


Macroprocesso de Prestação de Serviços

Este macroprocesso envolve a prestação de serviços de armazenagem a terceiros, a realização de leilões privados e a classificação de produtos, todos demarcados a partir de demandas externas.

Destas atividades, somente é desenvolvida na Superintendência Regional a prestação de serviços de armazenagem para terceiros, sendo a UA Porto Alegre utilizada para armazenar produtos em ambiente natural e os Armazéns Frigoríficos de Porto Alegre e de Canoas para a armazenagem de produtos em ambiente artificial.

Figura 5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços

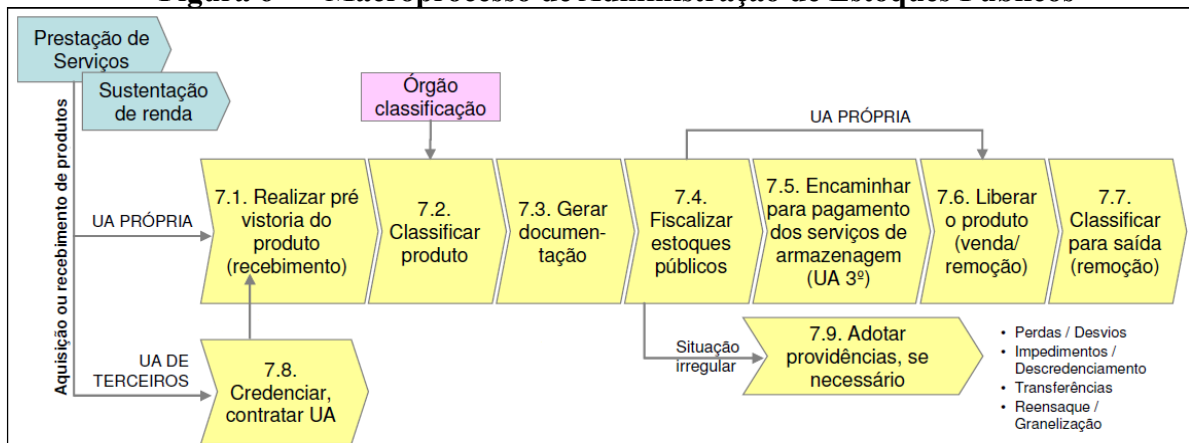


Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Macroprocesso de suporte às atividades de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a CONAB disponibiliza a relação de armazéns cadastrados e credenciados, estes obrigados a celebrar contrato de prestação de serviços de armazenagem para os produtos oriundos de AGF's e de Contrato de Opção de Venda.

A Superintendência Regional tem participação direta nestas atividades, através da organização e controle das ações relacionadas as duas principais modalidades de aquisição e formação de estoques públicos acima mencionadas, desde a vistoria para o recebimento dos produtos nos armazéns credenciados, as fiscalizações periódicas nos armazéns quanto a guarda e conservação dos grãos, o processamento da documentação relacionada a prestação dos serviços de armazenagem e nos procedimentos de comercialização dos mesmos.

Figura 6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



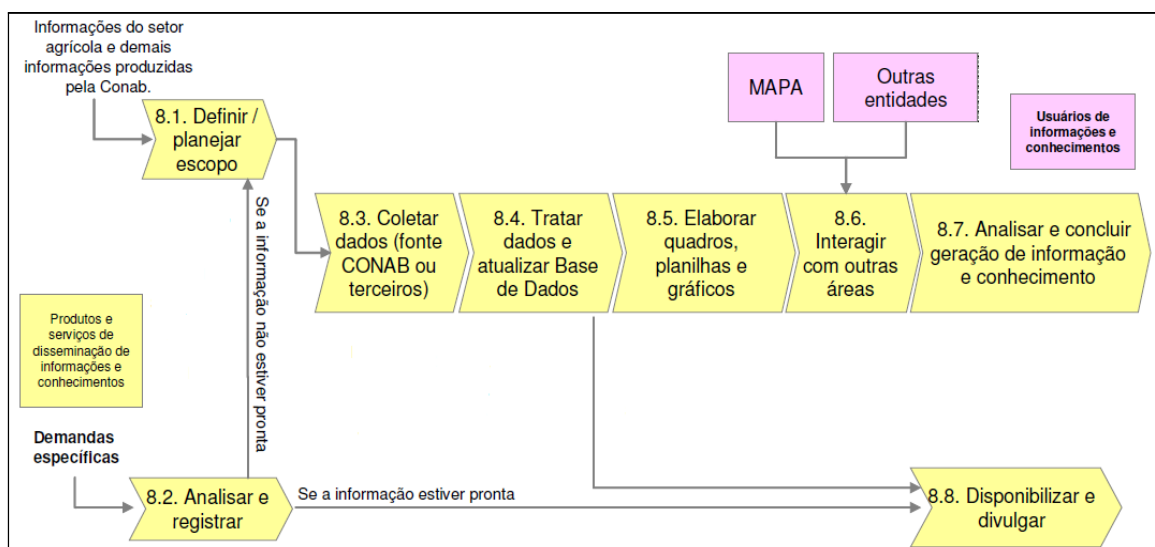
Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a CONAB uma empresa de conhecimento, que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas, impactando fortemente nas ações e no alcance de visão de futuro da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de gerar ou de atender demandas específicas de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos.

As atividades de responsabilidade da Superintendência Regional neste macroprocesso são aquelas de avaliação de safras, levantamento e pesquisa de preços de produtos agrícolas pagos ao produtor, preços no atacado e preços da indústria, de preços dos itens que compõem as planilhas de custo de produção, de preços no varejo, vistorias e informações de estoques privados, cadastro de armazéns, cadastro de fornecedores, fiscalização das operações referentes aos Programas de Subvenção e cadastro de empresas no SICAF.

Figura 7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Com a finalidade de executar as diversas políticas agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, que visa assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar, a Conab, como empresa oficial do Governo Federal, atua em todo o território nacional por meio das suas Superintendências Regionais.

Todos os atos necessários ao cumprimento destas atividades estão em consonância com as normas da organização e são estabelecidos pela Matriz, sendo as Superintendências Regionais tão somente designadas para a operacionalização dos programas, cumprindo desta forma seu papel perante aos seus clientes e a sociedade.

Comportamento do mercado agrícola

O Rio Grande do Sul, por sua característica geográfica e climática, é um estado onde as culturas são classificadas basicamente em dois grupos: de verão, onde despontam a soja, o milho e o arroz como as mais representativas e no inverno o trigo ainda é o principal produto agrícola de importância comercial.

Apresentamos abaixo, de forma sucinta, uma análise da situação de cada um destes produtos.

SOJA

O ciclo 2011/2012 da soja, iniciou em novembro de 2011 com os índices de chuva abaixo do normal em todas as estações monitoradas pelo INMET. Apesar disso, o solo apresentava umidade suficiente para uma boa germinação. Durante o período de desenvolvimento vegetativo, a soja foi castigada pela estiagem que se estendeu pelos meses de dezembro, e janeiro e fevereiro de 2012, atingindo os períodos mais críticos da cultura. Apesar das poucas precipitações registradas em algumas localidades, os níveis ficaram abaixo da média, prejudicando o desenvolvimento vegetativo e a formação de grãos.

As regiões do planalto médio e noroeste foram as mais atingidas pela estiagem. O aspecto geral das lavouras apresentou grandes extensões com folhas amareladas devido ao estresse hídrico. O stand de plantas ficou muito aquém do recomendado, de porte baixo com linhas de plantio falhadas e descobertas em razão do crescimento limitado.

Em razão disso, a safra 2011/2012 ficou severamente prejudicada, fechando em 6.527 mil toneladas, quase 44% inferior ao ano anterior que havia sido de 11.621 mil toneladas.

Mesmo com um pequeno incremento de 2,8% na área cultivada, que passou de 4.084,8 mil ha para 4.197,2 mil ha, o rendimento não passou de 1.555 kg/ha, uma queda de 45% em relação ao ano anterior.

De acordo com as pesquisas de mercado realizadas pela CONAB e inseridas no SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, o preço médio ao produtor praticado no mercado interno no início do plantio, em novembro de 2011, era de R\$ 39,85 a saca de 60 kg, enquanto a média do ano de 2012 foi de R\$ 57,03 com intervalos entre R\$ 41,67 e R\$ 71,78, mantendo-se o preço mínimo em R\$ 25,11 a saca de 60 kg.

Os preços praticados mantiveram-se em patamares favoráveis aos produtores em decorrência de forte estiagem que também atingiu as regiões produtoras dos Estados Unidos, maior player mundial de commodities agrícolas, reduzindo sua produção e a oferta desta oleaginosa no mercado internacional, tendo como consequência uma maior valorização do grão nas demais regiões produtoras.

MILHO

Com uma área total de 1.113,5 mil ha, pouco maior que a safra 2010/2011, que foi de 1.099,2 mil ha, a lavoura de milho foi a mais prejudicada pela estiagem que assolou o estado do RS desde dezembro/2011, com grande intensidade exatamente nas regiões de maior representatividade na produção deste cereal. A falta de umidade a partir do pendoamento, floração e enchimento de grãos resultou em má formação de espigas, além de reduzido potencial produtivo. Muitos produtores acabaram destinando suas lavouras de milho para silagem, no intuito de amenizar os prejuízos, porém, mesmo para alimentação animal, o produto de baixa qualidade devido ao excesso de palha e poucos grãos, precisou de complementação mineral para atingir um mínimo de qualidade nutricional, e isso obviamente acarretou em uma despesa ainda maior para os produtores.

Nas regiões produtoras de Ibirubá, Cruz Alta, Panambi, Ijuí e Santo Ângelo, as perdas foram estimadas em 80%. Já a região de Santa Rosa apresentou perdas menores devido ao calendário de plantio mais antecipado aliado ao bom desempenho de algumas microrregiões que foram contempladas com uma ou duas chuvas a mais no período. Também os campos de cima da serra, a partir de Lagoa Vermelha, confirmaram produtividades mais próximas da normalidade, inclusive superando as médias normais em algumas localidades.

Em razão das condições climáticas adversas, o rendimento médio caiu em mais de 40% em relação ao ano anterior, passando de 5.255 kg/ha para algo em torno de 3.000 kg/ha. A produção final fechou em 3.342,7 mil toneladas, muito inferior à safra 2010/2011 que foi de 5.776 mil toneladas.

No mercado doméstico, os preços do milho apurados pela Conab oscilaram entre R\$ 23,82 a 29,42 a saca de 60 kg durante o ano de 2012 com as maiores cotações ocorrendo entre os meses de agosto a dezembro. Assim como a soja, os preços praticados para o milho também se mostraram favoráveis ao produtor, em razão da redução de produção dos Estados Unidos e em consequência uma maior demanda mundial pelo cereal brasileiro.

ARROZ

Com uma redução de aproximadamente 10% na área, em relação ao ano anterior, o arroz ocupou uma área de 1.053 mil ha no ano/safra 2011/2012 no Rio Grande do Sul.

Os principais motivos apontados pelos rizicultores para esta diminuição de área foram os baixos preços do produto, que não cobria os custos de produção e o baixo nível dos açudes e mananciais de água, principalmente na região da campanha.

Após o encerramento da colheita apurou-se na área plantada de 1.053 mil ha uma produção de 7.739,6 mil toneladas, 13,1% inferior à safra anterior (8.904,2 mil toneladas), basicamente em razão da longa estiagem que determinou a redução tanto da área plantada quanto da produtividade que finalizou em 7.350 kg/ha.

Apesar do manejo dificultado pelas condições, principalmente de solo, a soja surgiu como alternativa em muitas situações onde existe a necessidade de rotação, além do preço bem mais atrativo desta commodity, mesmo sabendo-se que a produtividade da leguminosa em tais áreas tende a ser inferior na comparação com os tradicionais municípios produtores.

Nas principais praças produtoras, conforme pesquisas de mercado da CONAB inseridas no SIAGRO, a cotação média de preços ao produtor no ano de 2012 foi de R\$ 30,14 por saca de 50 kg, com intervalos entre R\$ 24,82 e R\$ 37,80, com os menores valores entre os meses de janeiro a abril e após com escalada positiva até dezembro, enquanto o preço mínimo oficial ficou estabelecido em R\$ 25,80.

As boas cotações ao produtor devem-se ao câmbio favorável, que propiciaram um excelente volume de exportação do grão para terceiros países.

TRIGO

O trigo foi severamente castigado, tanto pela geada extemporânea quanto pelos vendavais acompanhados de granizo no final do ciclo. A qualidade do grão ficou bastante prejudicada, inviabilizando seu aproveitamento industrial para panificação. O produto colhido, além do baixo rendimento em quilogramas por hectare apresentou peso hectolitro na faixa de 72 a 74, principalmente nas regiões do Planalto Médio e Noroeste, estendendo-se praticamente por toda a metade sul. Apenas nos campos de cima da Serra, região Nordeste, a partir de Lagoa Vermelha em direção à Vacaria, o clima foi mais regular e o grão apresentou boa qualidade, enquadrando-se dentro dos padrões estabelecidos pela nova classificação. O alento para os tricultores é que apesar das dificuldades na comercialização, o preço pago ao produtor vinha se mantendo em um patamar razoável, minimizando, em parte, os prejuízos com a cultura.

A média de produtividade obtida foi de 1.860 kg/ha, 37% inferior ao ano anterior, apesar do aumento de área de 932,4 mil ha para 976,2 mil ha. Em consequência das adversidades climáticas, a produção final da safra 2012 fechou em 1.815,7 mil toneladas, 33,8% abaixo das 2.742,2 mil toneladas colhidas na safra 2011.

O comportamento dos preços da safra 2012 apresentou uma variação positiva de 16,0% entre a época do plantio, em julho, quando a saca estava cotada a R\$ 25,18 e o início da colheita, em novembro, quando chegou a R\$ 29,97. Em dezembro a média de preços aumentou ainda mais, fechando o ano em R\$ 31,37, uma alta acumulada de 19,7%.

OUTRAS CULTURAS

No Rio Grande do Sul, o feijão é um produto que, apesar do preço elevado, vem apresentando uma constante redução de área cultivada. Era uma cultura característica do pequeno agricultor que utilizava para consumo próprio e comercializava o excedente de produção diretamente com atravessadores e pequenos varejos. Hoje a cultura está sendo substituída pela soja ou pelo milho devido a liquidez e demanda mais aquecida. Outro fator que deve ser levando em conta é que apesar do preço elevado dos últimos anos, o perfil do produtor de feijão está mudando. Atualmente, enquanto o pequeno agricultor está deixando a cultura de lado, grandes produtores estão investindo na leguminosa com uso intenso de tecnologia em áreas irrigadas. Com isso, além do aproveitamento de equipamentos e mão-de-obra que ficariam ociosos nos períodos de entressafra, ainda conseguem um bom retorno financeiro com a safrinha.

A canola é outra cultura que vem ganhando espaço a cada ano, principalmente como alternativa para rotação com o trigo no inverno. Seu preço de mercado é balizado pela soja e sua demanda vem aumentando devido ao surgimento de novas indústrias interessadas no beneficiamento do seu óleo tanto para alimentação humana quanto para biodiesel.

Entre as outras gramíneas de inverno, ainda são utilizadas no Estado a aveia branca para produção de grãos, a aveia preta para cobertura ou pastagem e a cevada, sendo que esta última é produzida exclusivamente sob a orientação técnica e comercialização já assegurada pela Ambev.

Estratégia de atuação da empresa

As frequentes demandas dos vários segmentos primários de produção de grãos, lácteos e hortigranjeiros do RS junto ao Governo Federal, no sentido de apoio à comercialização das safras, tanto na sua aquisição quanto na liberação de recursos para subvencionar o seu escoamento, e do apoio para a agricultura familiar, requerem uma efetiva participação da Superintendência Regional no atendimento a estas demandas, tanto no controle quanto na realização das diversas operações.

A medida que as ações são definidas pelo MAPA, MDA e MDS e liberadas pela

CONAB Matriz, cabe à Regional sua operacionalização, sempre seguindo as diretrizes estabelecidas no Manual de Operações da Conab – MOC e em parceria com as diversas áreas demandantes da Matriz.

Assim, todas as operações que envolvem aquisição, subvenção, armazenagem, remoção, fiscalização de estoques, atendimento a programas sociais e ações relativas a agricultura familiar estão concentradas em uma Gerência específica, que através de setores desenvolve as tarefas inerentes a cada área, enquanto as ações relativas a geração de informações, como levantamento de safras, custo de produção, pesquisas mercadológicas entre outras, são tratadas por outra Gerência e setores específicos.

Para o suporte das ações de aquisição e formação de estoques, utiliza-se serviços de terceiros (armazenagem, classificação, remoção), visto que a CONAB não dispõe de estrutura própria para o suporte destas ações, além do fato destas operações normalmente atingirem volumes elevados.

Ainda, pelo baixo efetivo de técnicos habilitados para estas tarefas na Superintendência Regional, faz-se necessário o deslocamento de servidores da Matriz ou outras Superintendências para suprir esta carência, sendo este apoio primordial para que se alcance as políticas governamentais aos mais desassistidos e demais segmentos demandantes, e com isto o atingimento do sucesso almejado.

Contratação de bens e serviços

Para o atendimento das atividades de prestação de serviços de armazenagem a terceiros nas unidades próprias da CONAB, em razão destas não contarem com quadro de pessoal específico para os serviços de braçagem e correlatos, é necessária a alocação de mão-de-obra terceirizada, através de contrato com empresa especializada em terceirização de recursos humanos. Este processo segue os trâmites estabelecidos na Lei 8.666/93 e demais normativos internos, com orientação e autorização da Matriz.

Para a guarda e conservação dos estoques públicos oriundos da PGPM são firmados contratos com empresas de armazenagem, públicas e privadas, cerealistas, cooperativas entre outras que se disponham a prestar esta atividade e desde que apresentem todos os requisitos estabelecidos na Lei de Armazenagem e no Manual de Operações da Conab.

Visto que são atividades de responsabilidade da Superintendência Regional, as contratações necessárias são avaliadas e efetivadas seguindo os procedimentos estabelecidos nos normativos internos, havendo interferência da Matriz quando as condições extrapolam os limites estabelecidos à gestão do Superintendente Regional.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

As diversas demandas operacionais direcionadas aos cuidados da SUREG RS requerem da sua equipe um extraordinário esforço para seu atendimento, principalmente aquelas destinadas ao apoio na comercialização da produção através das operações de subvenção, como PEP e PEPRO e as operações do Programa de Venda Balcão de milho e leilões públicos.

São ações que abrangem um grande número de produtores e por consequência alto volume de documentos a serem analisados em prazos específicos, situações nem sempre atendidas a contento em razão da baixa disponibilidade de pessoal para sua execução.

Neste sentido também se verifica certa estagnação nas ações do PAA, pela dificuldade na ampliação dos projetos demandados pelas organizações de produtores, em razão da carência de pessoal capacitado e em número suficiente para atendimento a estes programas.

Estas dificuldades são compartilhadas com as diversas áreas da Matriz que demandam as operações, sendo entendimento de todos que se faz necessário a renovação e

ampliação do quadro de pessoal da Companhia para que a mesma consiga responder adequadamente as demandas da política de governo na área do abastecimento.

Para minimizar os riscos decorrentes, busca-se aporte de técnicos da Matriz ou outras Superintendências, utilizando-se estes para prestar o suporte nas operações de maior volume, procurando desta forma atender as obrigações dentro dos prazos estabelecidos ou pelo menos próximos a eles.

Periodicamente são feitas gestões às áreas competentes junto à Matriz e até mesmo ao Presidente da empresa, informando das dificuldades operacionais e solicitando as providências necessárias no sentido de ampliar o quadro de pessoal da Superintendência Regional.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

A atuação da Sureg/RS tem se pautado nas demandas oriundas do setor produtivo agrícola do Estado e segue as diretrizes da Matriz quanto a aplicação das ações vinculadas à execução das políticas agrícola e de abastecimento delineadas no Mapa Estratégico Corporativo. Destas, destacam-se as atuações voltadas a assegurar a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos e a formação e gestão dos estoques públicos, principalmente de arroz e trigo, que sempre se apresentam mais suscetíveis às intervenções governamentais. Também as atuações junto ao segmento da Agricultura Familiar se mostram necessárias, em razão da importância na promoção da inclusão social de um grande número de pequenos agricultores familiares, que enfrentam dificuldades na organização dos seus negócios e na comercialização dos seus produtos em virtude da pequena escala de produção.

A terceira atividade refere-se a operacionalização dos programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos a famílias em situação de carência alimentar e nutricional, utilizando recursos orçamentários/financeiros transferidos pelo Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além das ações coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, para o desenvolvimento desta gama de ações, a participação da Sureg/RS se dá principalmente através de apoio operacional pelo seu quadro de técnicos, valendo-se para isto da contratação de prestação de serviços de terceiros (armazenagem, classificação, transporte) para a consolidação das ações.

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Em razão da inexistência de unidades próprias da CONAB para armazenamento de grãos no Rio Grande do Sul, a demanda pelos serviços de armazenagem é direcionada em sua maior parcela à empresas privadas e cooperativas, que prestam atividades de secagem e armazenamento àqueles produtores que não possuem estas estruturas em suas propriedades, supridas ainda por um pequeno percentual de capacidade de armazenagem de propriedade do governo estadual, no caso da CESA, e de armazéns portuários que atendem as necessidades de exportação/importação de grãos.

Considera-se que no RS a capacidade estática de armazenagem existente vem suprimindo a necessidade da produção agrícola, sendo que no ano de 2012, em razão da frustração da colheita de grãos, a demanda média de armazenagem foi de 71,6% da capacidade estática instalada.

As demandas de apoio à comercialização no RS originam-se normalmente dos segmentos produtivos do arroz e do trigo, que em razão dos seus volumes de produção e época de colheita ficam mais suscetíveis aos comportamentos do mercado externo, necessitando do apoio governamental através da Política de Garantia de Preços Mínimos para a regulação dos preços ao produtor.

Assim, para o seu atendimento, após a definição das diretrizes estabelecidas através de Portaria Interministerial (MAPA, Ministério da Fazenda) e a liberação dos recursos públicos, os

mecanismos de subvenção PEP, PEPRO, OPÇÃO, RECOMPRA/REPASSE e VEP são operacionalizados através de leilões nas Bolsas de Mercadorias, enquanto as ações de AGF são realizadas pela própria CONAB, valendo-se a SUREG/RS de contratação de prestação de serviços de armazenagem e classificação de terceiros para a efetivação destas operações.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Quadro 2.2.1 – Principais empresas do setor privado de armazenagem

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
ENGENHO SÃO BENTO	92719228000235	101.211
BIANCHINI S/A IND COM E AGRIC	87548020002042	707.519
TERGRASA-TERM GRANELEIRO S/A	01785688000125	303.139
BIANCHINI S/A IND COM E AGRIC	87548020000260	277.749
PRADOZEM-COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA	90049677000107	242.095
PRADOZEM-COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA	90049677000379	242.095
PIRAHY ALIMENTOS LTDA	88815295000103	237.532
GRANOLEO COM. IND. SEMENTES OLEO E DERIVADOS	88925029000206	227.780
TERMASA-TERM MAR LUIZ FOGLIATTO LTDA	74109828000119	219.108

Quadro 2.2.2 – Principais empresas do setor privado de comercialização de grãos

Nome da Empresa	CNPJ
COOPLANTIO	93424620000139
CAMIL ALIMENTOS	64904295000707
COOP. TRIT. ALTO JACUÍ LTDA - COTRIJAL	91495549000150
COOP. TRIT. SERRANA LTDA - COTRIJUI	90726506000175
E. ORLANDO ROOS	91494765000180
MARASCA	94106747000172
SANTA LÚCIA ALIMENTOS	90471798000495

Quadro 2.2.3 – Principais empresas de Classificação de grãos

Empresa	Localização	Telefone
CLACEREAIS LTDA.	Itaqui	(55) 3433-4079
EMATER/RS	Porto Alegre	(51) 2125-3170
GENESLAB	Passo Fundo	(54) 3581-0855
SERCLAVE	Pelotas	(53) 3272-1911

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)

As receitas próprias da SUREG/RS são provenientes unicamente das prestações de serviços de armazenagem de produtos pelas tres unidades de armazenamento – Unidade Armazenadora de Porto Alegre, Armazém Frigorífico de Porto Alegre e Armazém Frigorífico Cel. Augusto Álvaro Leitão em Canoas.

No ano de 2012 a receita obtida foi de R\$ 4.550.971,39, inferior em 7,08% a receita do ano de 2011. Esta redução deveu-se principalmente pela diminuição do volume de produtos armazenados pelos principais clientes do AFCAAL – Canoas que depositam carnes congeladas de frango e suínos, os quais por questões de logística redirecionaram estes produtos para armazém frigorífico junto à área portuária de Rio Grande. Também ocorreu queda da receita do AFPA, em razão da necessidade de desativação de uma câmara de estocagem, que representa 20% da capacidade deste AF, para procedimentos de reforma da mesma, além da saída de dois potenciais clientes que construíram unidades próprias para suas atividades.

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

Quadro 2.2.4 - Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26461699045524	CONAB – PAA/RS	Diversos	10.290	26.494.846,90
26461699025418	CONAB – ESTRATÉGICO	Grãos	1.086	2.279.521,20

Quadro 2.2.5- Principais clientes do setor privado – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
01838723023259	BRF – BRASIL FOODS SA	Frango/Suíno	5.691	23.857.029,00
02914460016073	SEARA ALIMENTOS	Frango	4.946	28.694.795,00
02914460016316	SEARA ALIMENTOS	Frango	3.794	18.124.624,00
87226528000161	JOHANN ALIMENTOS	Diversos	3.623	10.424.109,00
20730099004505	SADIA S/A	Frango	1.573	4.277.637,00

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

Conforme demonstrado no Quadro Relação Preço ao Produtor X Preço Mínimo, as três principais culturas (arroz, milho e trigo) apresentaram preços de mercado pagos ao produtor, sempre acima do preço mínimo estabelecido, exceto para o arroz, que nos três primeiros meses do ano apresentou valores um pouco inferiores.

Por estas razões, entendeu o Governo Federal não ser necessário lançar mecanismos de apoio para formação de estoques públicos de arroz no RS, e sim, disponibilizar recursos para AGF e apoiar através de subvenções por PEP e PEPRO o escoamento de parte do alto volume de trigo colhido na safra 2011/2012, que de certa forma ainda pressionava o preço ao produtor. Verifica-se que estas ações se mostraram importantes para o segmento, uma vez que a partir do segundo semestre do ano os preços reagiram de forma positiva aos produtores.

Também foram disponibilizados recursos para leilões de PEP visando auxiliar no escoamento de vinho de mesa e vinífera, em razão do alto volume destes produtos estocados nas vinícolas e cantinas, muito superior a demanda de consumo.

Quadro 3.1.1– Relação Preço ao Produtor X Preço Mínimo

Mês	ARROZ		MILHO		TRIGO	
	Prç. Prod.	Prç.Mín.	Prç. Prod.	Prç.Mín.	Prç. Prod.	Prç.Mín.
Janeiro	24,85	25,80	26,31	17,46	24,19	22,19
Fevereiro	25,70	25,80	27,03	17,46	23,28	22,19
Março	24,82	25,80	26,59	17,46	23,36	22,19
Abril	25,73	25,80	25,73	17,46	23,38	22,19
Mai	26,97	25,80	24,34	17,46	23,60	22,19
Junho	27,42	25,80	23,82	17,46	23,95	22,19
Julho	27,92	25,80	24,55	17,46	25,18	22,74
Agosto	31,30	25,80	27,46	17,46	27,05	22,74
Setembro	36,42	25,80	28,25	17,46	28,27	22,74
Outubro	37,80	25,80	28,23	17,46	28,90	22,74
Novembro	37,16	25,80	28,71	17,46	29,97	22,74
Dezembro	35,56	25,80	29,42	17,46	31,37	22,74

Onde: Prç.Prod.= Preço recebido pelo produtor; Prç.Mín. = Preço Mínimo
Arroz = 50 kg/saco – Milho/Trigo = 60 kg/saco

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O arroz e o trigo apresentaram, no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.2.1.1 - Aquisição de produtos através da AGF

Produto	Quant (ton)	Valor (R\$)
Trigo	250.919	119.687.330,34
	250.919	119.687.330,34

Quadro 3.2.1.2- Aquisição de produtos através da AGF - Sacaria

Produto	Quant (und)	Valor (R\$)
Sacaria	2.321.610	1.940.027,50
	2.321.610	1.940.027,50

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 3.2.1.3 - Dez maiores operações na AGF

Ordem	Produto	CPF/CNPJ	Valor Aquisição (kg)	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
1	Trigo	97.320.451/0007-33	0,4770	18.850	8.991.450,00
2	Trigo	90.657.289/0001-09	0,4770	18.000	8.586.000,00
3	Trigo	97.078.463/0001-68	0,4770	16.087	7.673.472,77
4	Trigo	93.458.222/0008-00	0,4770	9.510	4.536.270,00
5	Trigo	04.397.531/0001-66	0,4770	7.729	3.686.790,24
6	Trigo	97.506.455/0004-68	0,4770	7.600	3.625.200,00
7	Trigo	91.982.496/0032-06	0,4770	7.193	3.430.894,53
8	Trigo	93.458.222/0009-90	0,4770	6.700	3.195.900,00
9	Trigo	97.320.451/0052-98	0,4770	6.600	3.148.200,00
10	Trigo	97.320.451/0016-34	0,4770	6.480	3.090.960,00
Total				104.749	49.965.137,54

Fonte: Dirab/Suope

3.2.2. Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Não houve operações de Contratos de Opção de Venda no RS no ano de 2012.

3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa pelo preço mínimo, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Volume físico e financeiro por tipo de produto – Rio Grande do Sul**Quadro 3.2.3.1 - Demonstrativo de Comercialização de PEP**

Produto	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor Previsto da Subvenção
	Ofertada	Negociada		
Trigo	1.480.000	1.202.583	Qualquer destino, exceto regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste	105.729.340,40
Uva e derivado	129.600	78.027	RS	20.619.030,47
Total	1.609.600	1.280.610		126.348.370,87

Fonte: Dirab/Suope

Dez maiores operações na modalidade**Quadro 3.2.3.2 - Dez maiores operações de PEP**

Ordem	CNPJ/Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	94.106.747/0001-72	Trigo	452.750,0	43.559.000,00
2	97.506.455/0001-15	Trigo	104.180,0	9.082.670,00
3	08.436.729/0001-17	Uva/ deriv	16.838,3	7.342.173,38
4	87.547.188/0001-70	Uva/ deriv	22.742,9	6.343.408,03
5	87.573.952/0001-82	Trigo	72.300,0	6.143.300,00
6	06.963.088/0045-44	Trigo	57.250,0	6.013.500,00
7	05.565.745/0001-11	Trigo	57.000,0	5.365.000,00
8	94.813.102/0001-70	Trigo	48.000,0	4.929.700,00
9	02.003.402/0035-14	Trigo	33.650,0	3.705.550,00
10	98.248.644/0001-06	Trigo	30.000,0	3.615.000,00
Total			894.711,2	96.099.301,41

Fonte: Dirab/Suope

3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Volume físico e financeiro por tipo de produto – Rio Grande do Sul

Quadro 3.2.4.1 - Demonstrativo de Comercialização de PEPRO

Produto	Quantidade (ton)		Valor Previsto da Subvenção
	Ofertada	Negociada	
Trigo	70.000	18.020	757.503,00
Total	70.000	18.020	757.503,00

Fonte: Dirab/Suope

Quadro 3.2.4.2 - Dez maiores operações de PEPRO

Ordem	CNPJ/Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	90.657.289/0001-09	Trigo	4.000.000	150.800,00
2	090.546.930-53	Trigo	1.696.440	90.080,96
3	081.065.680-91	Trigo	1.500.000	79.650,00
4	007.561.880-08	Trigo	800.000	42.480,00
5	246.448.460-15	Trigo	600.000	31.860,00
6	343.372.610-87	Trigo	600.000	31.860,00
7	067.849.680-34	Trigo	800.000	30.160,00
8	065.044.770-00	Trigo	500.000	26.550,00
9	274.486.300-91	Trigo	480.000	25.488,00
10	244.911.100-00	Trigo	600.000	22.620,00
Total			11.576.440	531.548,96

Fonte: Dirab/Suope

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.2.5.1 – Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	20	Diversos	10.660	16.147,00	80.688.982,55
Total	20	-	10.660	16.147,0	80.688.982,55

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.2.5.2– Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	27	Diversos	3.301	7.711,00	13.146.912,18

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.2.5.3 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	15	Diversos	2.093	17.582,00	12.206.078,54
Subtotal	15	-	2.093	17.582,0	12.206.078,54
MDA	14	Diversos	1.462	4.988,00	9.621.588,18
Subtotal	14	-	1.462	4.988,0	9.621.588,18
Total	29	-	3.555	22.570,0	21.827.666,72

Fonte: Dipai/Supaf

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Comparativamente ao ano de 2011, ocorreu um substancial incremento nos recursos disponibilizados para as três principais operações de apoio à Agricultura Familiar operados pela CONAB no Rio Grande do Sul, principalmente no instrumento CDAF que dispendeu recursos originados do MDS no valor de R\$ 80.688.982,55 no ano de 2012. Este montante foi utilizado em sua maioria na aquisição de arroz, leite em pó, polpa de pêssego e suco de uva, além de macarrão e extrato de tomate em menor escala, produzidos por cooperativas de produtores, que se beneficiaram destes recursos para incrementar suas atividades, ao tempo que propiciaram sustentação de renda aos seus associados. Em relação ao ano anterior, verifica-se que o valor financeiro manteve a média de R\$ 7.600,00 por produtor, porém o número de produtores considerados passou de 2.532 para 10.660, justificando-se a permanência deste importante instrumento de apoio.

As operações do instrumento CPR-Estoque resultaram no dispêndio de R\$ 12.206.078,54 oriundos de recursos do MDS e de R\$ 9.621.588,18 do MDA, inferiores em 4,8% aos recursos utilizados no ano de 2011, para um quantitativo de 22.570 toneladas adquiridos de 3.555 produtores e suas cooperativas, com ênfase nos produtos arroz e suco de uva, enquanto no ano anterior o quantitativo de produtos foi de 29.315 toneladas, adquiridos de 3.355 produtores e suas cooperativas.

Em relação ao instrumento de CPR- Doação também se verifica redução no valor financeiro dispendido, no volume de produtos adquiridos e de produtores participantes em relação ao ano de 2011, quando foram executados R\$ 16.640.174,25. Estes recuos foram originados principalmente pelo menor número de projetos apresentados, o estabelecimento de um maior grau de exigência documental dos participantes e da falta de uma melhor estrutura da Superintendência Regional para o atendimento à contento das demandas destes programas.

Resultado financeiro geral

Ocorreu um substancial incremento, na ordem de 96,3%, nos recursos disponibilizados e dispendidos em 2012 em relação ao ano de 2011. Destes recursos, 70% foram destinados a aquisição de produtos na modalidade CDAF através das cooperativas e associações de produtores familiares, que apresentam maior experiência e organização no acesso destes instrumentos de comercialização. Deste percentual, 93% ou R\$ 75.006.690,00 foram destinados a aquisição de leite em pó e suco de uva industrializados pelas cooperativas, provenientes de leite de vaca e de uva de mesa, que no Rio Grande do Sul são produzidos quase que exclusivamente por agricultores familiares.

As modalidades CPR -Estoque e CPR- Doação apresentaram desempenho inferior ao volume de recursos operacionalizados no ano anterior, mantendo praticamente a destinação dos recursos para os mesmos tipos de produtos.

Os resultados destas operações integram um conjunto de políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Federal voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, ao tempo que geram renda e mantém o homem no campo. Para tanto, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. Também são distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficiárias.

Assim, sua atuação é de caráter exclusivamente social, não prevendo receitas ou lucros financeiros.

Quadro 3.2.5.4 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	Arroz	1.701,0	2.465.971,50
	MDS	Suco de Uva	6.981,0	16.648.545,30
	MDS	Extrato Tomate	36,0	223.963,00
	MDS	Leite Pó	6.517,0	58.358.144,59
	MDS	Macarrão	16,0	69.750,00
	MDS	Polpa Pêssego	896,0	2.922.608,16
CPR Doação	MDS	Diversos	7.711,0	13.146.912,18
CPR Estoque	MDS	Arroz	16.838,0	9.467.167,38
	MDS	Leite Pó	176,0	1.499.995,00
	MDS	Feijão	447,0	652.365,96
	MDS	Suco	25,0	279.920,20
	MDS	Sementes Hortaliças	2,0	152.600,00
	MDS	Bebida Láctea	63,0	100.000,00
	MDS	Farinha Milho	30,0	43.800,00
	MDS	Schmier	2,0	10.230,00
	MDA	Suco Uva	2.286,0	7.169.478,94
	MDA	Feijão	130,0	243.800,00
	MDA	Sementes Hortaliças	187,0	735.585,00
	MDA	Doces Conserva	61,0	306.225,00
	MDA	Milho	727,0	199.999,80
	MDA	Arroz	200,0	841.999,44
	MDA	Trigo	90,0	45.000,00
	MDA	Peixe	14,0	40.500,00
MDA	Erva Mate	16,0	39.000,00	
Total MDS			41.441,0	106.041.973,27
Total MDA			3.711,0	9.621.588,18
Total Geral			45.152,0	115.663.561,45

Fonte: Dipai/Supaf

Dez maiores operações em cada modalidade

Quadro 3.2.5.5 – Dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	RS	Diversos	289,0	599.999,44
MDS	RS	Diversos	248,0	595.870,20
MDS	RS	Diversos	388,0	580.822,05
MDS	RS	Diversos	388,0	564.031,90
MDS	RS	Diversos	388,0	534.991,48
MDS	RS	Diversos	375,0	534.240,00
MDS	RS	Diversos	340,0	533.375,94
MDS	RS	Diversos	291,0	529.075,54
MDS	RS	Diversos	261,0	523.752,60
MDS	RS	Diversos	289,0	599.999,44
Total			3.257,0	5.596.158,59

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.2.5.6 - Dez maiores operações na CPR-Estoque

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA	RS	Suco	478,3	1.500.000,00
MDA	RS	Suco de uva	478,3	1.500.000,00
MDA	RS	Suco	375,0	1.500.000,00
MDS	RS	Arroz	2.630,0	1.499.999,46
MDS	RS	Arroz	2.630,0	1.499.999,46
MDS	RS	Leite de vaca	176,5	1.499.995,00
MDA	RS	Suco	702,0	1.356.501,10
MDS	RS	Arroz	1.750,0	999.999,45
MDS	RS	Arroz	1.420,0	812.149,68
MDS	RS	Arroz	1.300,0	772.000,02
Total			11.940,1	12.940.644,17

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.2.5.7 - Dez maiores operações na CDAF

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	RS	Leite empó	1.650,0	16.500.000,00
MDS	RS	Leite empó	1.294,0	11.000.000,00
MDS	RS	Leite empó	1.117,0	9.500.253,50
MDS	RS	Suco de uva	2.587,0	6.170.092,20
MDS	RS	Suco de uva	1.476,0	3.519.217,72
MDS	RS	Leite empó	388,2	3.300.000,00
MDS	RS	Leite empó	359,8	3.058.028,59
MDS	RS	Polpa pêssego	896,0	2.922.608,16
MDS	RS	Suco de uva	827,0	2.398.677,00
MDS	RS	Leite empó	235,3	2.000.000,00
Total			10.830,3	60.368.877,17

Fonte: Dipai/Supaf

Distribuição de produtos para demais Unidades Federativas

Atendendo orientações da área responsável na Matriz, com vistas ao abastecimento de outras regiões do país, foram transferidos por remoção 48,3 toneladas de açúcar, 5.530,4 toneladas de arroz e 1.424,5 toneladas de leite em pó para diversos destinos, conforme quadro a seguir:

Quadro 3.2.5.8 - Produtos originados do PAA transferidos para outras UF's

U.F.	DESTINO	PRODUTOS (t)		
		AÇUCAR	ARROZ	LEITE PÓ
PA	Belém		544,5	93,3
MG	Belo Horizonte		275,0	89,0
DF	Brasília		93,0	34,3
MS	Campo Grande		151,0	76,0
MT	Cuiabá		249,9	65,0
PR	Curitiba			19,5
CE	Fortaleza		66,6	45,5
GO	Goiania		323,5	40,2
SE	Itabaiana		128,0	69,6
PB	João Pessoa		39,0	18,4
AL	Maceió	48,3	167,5	62,0
AM	Manaus			41,4
RN	Mossoró		25,9	
RN	Natal		177,6	26,7
TO	Palmas			24,8
RO	Porto Velho			38,1
PE	Recife		479,8	146,3
RJ	Rio de Janeiro		55,4	23,6
BA	Salvador		1637,6	323,7
SC	São José		74,0	
MA	São Luiz		686,6	99,3
SP	São Paulo		269,6	48,0
PI	Teresina		30,7	24,3
ES	Vitória		55,2	15,5
TOTAL		48,3	5.530,4	1.424,5

Fonte: Geope/Secom

3.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	123,38		
Análise do Resultado: De acordo com o IBGE o RS possui 19.766 estabelecimentos produtores de trigo. Nas operações de PEP registram-se 24.388 participações de produtores. Assim, entende-se que é possível a participação de produtores em mais de um Aviso de Leilão, visto que o programa limita a participação pelo quantitativo produzido pelo produtor. Atualmente não existem elementos que permitam identificar de forma individual o número correto de produtores participantes nestas operações.			
Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	0,15		
Análise do Resultado: De acordo com o IBGE o RS possui 19.766 estabelecimentos produtores de trigo. Nas operações de PEPRO registram-se 29 participações de produtores, com possibilidade de um produtor ter participado de mais de um Aviso de Leilão, pois o programa limita a participação pelo quantitativo produzido pelo produtor. O baixo índice de participação deve-se as dificuldades operacionais dos produtores com questões burocráticas e pela responsabilidade de buscar no mercado empresa que proceda o escoamento do produto.			
Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	56,3		
Análise do Resultado: Estão ativos 119 Projetos das tres modalidades de operação do PAA, com participação de 17.516 produtores. O índice de 56,3% de projetos de valor mais elevado indica uma melhor organização das entidades participantes, bem como a inserção de cooperativas que oferecem melhor suporte aos seus associados.			
Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	26,2		
Análise do Resultado: O índice refere-se a participação de agricultores familiares cadastrados no PRONAF A, B, A/C e que participaram das ações do PAA, concluindo-se que ainda há necessidade de disponibilizar ações de apoio à produção deste público.			
Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	7,6		
Análise do Resultado: Índice considerado baixo em relação a 64 Projetos de Doação e 41 de Formação de Estoque, indicando necessidade de prover a área responsável com mais técnicos, para um melhor acompanhamento das ações em desenvolvimento.			
Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	11,5		
Análise do Resultado: O RS possui 496 municípios, sendo que 57 participam das ações do PAA.			
Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	32,47	19	15
Análise do Resultado: O indicativo apontado para o ano de 2012 acompanha a evolução da participação de mulheres no PAA em todo o Brasil, resultado do esforço do Programa na inserção e desenvolvimento das famílias e na melhoria da sua renda.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

- Arroz em casca – Venda em Leilão Público
- Feijão Cores – Venda em Leilão Público
- Milho – Venda Programa Balcão
- Trigo – Venda em Leilão Público

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de arroz, para regular o preço de mercado, a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o Mapa, por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta.

O feijão cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, tendo sido comercializada toda a oferta para o RS, considerada baixa em relação ao ofertado nos demais Estados.

Foram necessárias intervenções do governo na produção de trigo, para viabilizar a comercialização dos excedentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os graves problemas de logística para o escoamento de sua produção para a região Nordeste e Norte do país. Para isso foram feitas operações de PEP no início do ano. O produto do RS participou com 75,4% das operações. Devido aos problemas de qualidade com o trigo paranaense em função de atipicidade climática, o governo procedeu vendas de trigo das safras 2008 e 2009 dos estoques públicos, no pico da entressafra de 2012, com o objetivo de regular a oferta do produto no país.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

Volume físico e financeiro por tipo de produto comercializado no Rio Grande do Sul

Quadro 4.2.1.1 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Vínculo do Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Arroz	C. Opção	540.498	237.595	171.848.053,00
Arroz	AGF	68.504	34.106	25.496.555,00
Trigo	C. Opção	1.100	1.100	524.700,00
Trigo	AGF	371.008	264.763	142.292.557,00
Feijão	AGF	73.398	73.398	74.183,36
Total		1.054.508	610.962	340.236.048,36

Fonte: Dirab/Suope

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Mesmo com volume razoável, as vendas de arroz se mostraram eficazes, visto que os preços de mercado se estabilizaram, ao tempo que o governo federal teve a oportunidade de desovar parte do seu estoque, minimizando a pressão do mercado e assim manter preços compatíveis com as necessidades dos produtores para a nova safra que estavam produzindo.

Em relação ao trigo, as vendas realizadas no momento de entressafra atingiram o índice de 71,5% do volume ofertado, considerado muito satisfatório nesta modelagem de comercialização. Além de abastecer a indústria moageira, também estabilizou o preço de mercado, que apresentava ascensão e comprometia os preços praticados ao consumidor final. Pelo lado do governo federal, serviu para desovar estoques e minimizar a pressão de preços ao produtor com a nova safra que se avizinhava.

Dez maiores operações na modalidade**Quadro 4.2.1.2– Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público**

Ordem	Arrematante/CNPJ	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	84.046.101/0301.81	Arroz Casca	21.490	15.611.474,83
2	88.618.285/0004.12	Trigo	25.300	13.210.815,67
3	87.274.817/0001.36	Trigo	21.137	10.932.801,00
4	88.614.557/0001.63	Trigo	20.491	10.644.160,59
5	89.776.991/0001.02	Trigo	18.209	9.553.850,00
6	96.486.568/0001.33	Arroz Casca	14.284	9.367.773,72
7	87.582.169/0001.85	Arroz Casca	13.081	9.330.065,07
8	04.695.085/0002.01	Arroz Casca	11.379	8.143.600,77
9	09.194.199/0001.00	Arroz Casca	10.870	7.827.265,11
10	04.724.235/0001.87	Trigo	15.675	7.572.530,57
Total			171.916	102.194.337,33

Fonte: Dirab/Suope

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e

instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Quadro 4.2.2.1 – Demonstrativo de Vendas em Balcão de Milho no Rio Grande do Sul

Unidade	2010			2011			2012		
	Quant. (t)	Valor (R\$)	Nº atendimentos	Quant. (t)	Valor (R\$)	Nº atendimentos	Quant. (t)	Valor (R\$)	Nº atendimentos
RS	17.510	6.446.954,56	1.289	20.444	8.808.587,53	1.868	155.169	59.217.005,92	21.307

Fonte: Supab/Gepab

A produção de milho no Rio Grande do Sul, mesmo em condições normais de desenvolvimento, não é suficiente para garantir o abastecimento dos diversos segmentos consumidores, principalmente os da avicultura, da suinocultura e da bovinocultura de leite, formando assim preços de mercado em patamares mais elevados do que nos demais Estados produtores, demandando dos pequenos e médios produtores que normalmente não estão integrados às agroindústrias, a intervenção do governo com a liberação dos estoques públicos a preços que suportem a continuidade das suas atividades.

No ano de 2012, em decorrência de forte estiagem vivenciada no RS, houve necessidade de intervenção governamental com a liberação de um volume mais expressivo dos estoques de milho a preço subsidiado, para atender pequenos e médios produtores das diversas regiões atingidas, que viram frustradas suas produções de milho e demais grãos de verão, normalmente utilizadas para alimentação dos seus rebanhos.

Estão cadastrados no Programa Balcão, 25.329 pequenos e médios produtores de aves, suínos e bovinos de leite, sendo que deste total, 89,1% apresentam consumo mensal de até 5.000 kg de milho, 5,2% consomem entre 5.001 a 15.000 kg de milho, 4,3% consomem entre 15.001 kg a 27.000 kg e 1,3% consomem acima de 27.000 kg mensais.

O quadro acima demonstra o desempenho do Programa Balcão ocorrido com a oferta de milho no mercado gaúcho no ano de 2012, quando os preços ao produtor se mantiveram em níveis elevados, apresentando venda de 155.169 toneladas para 21.307 adquirentes, com incremento de 659% no volume de vendas e de 1.041% no número de adquirentes em relação ao ano de 2011, estabilizando as ofertas e os preços praticados naquelas regiões que demandaram o programa, permitindo sustentação de renda aos produtores.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

As demandas ao Programa Balcão de milho são constantes no âmbito da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, alternando períodos de menor e maior intensidade nos volumes requeridos, em consequência de maior ou menor oferta no mercado, além de eventuais eventos climáticos negativos à cultura, que interferem no volume de produção do grão.

Por estas razões, entende-se que o mecanismo mesmo não disponibilizando volumes muito elevados, atende as eventuais necessidades dos pequenos e médios produtores, permitindo sustentação da sua renda, regulando a oferta e estabilizando os preços praticados nas regiões que

demandam o programa.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.2.2.2 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
040.850.600-82	Milho	232.740	96.871,15
428.088.120-00	Milho	232.740	96.871,50
511.803.320-91	Milho	225.180	90.503,00
559.870.280-00	Milho	212.280	87.028,00
946.322.860-87	Milho	205.680	87.380,50
642.243.090-68	Milho	197.640	78.920,00
189.333.780-49	Milho	187.600	74.418,50
452.001.650-91	Milho	183.600	76.302,50
912.727.180-34	Milho	179.440	70.178,50
407.437.130-87	Milho	179.440	69.453,00
		2.036.340	827.926,65

Fonte: Dirab/Supab

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica estabelecida através de leilão público, paga a agentes de mercado que adquirem estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Foi ofertado através de Leilão Público, prêmio para escoamento de 30.121,7 toneladas de trigo, porém não ocorreu negociação por falta de interesse de participantes.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Tendo em vista a não ocorrência de interessados no processo, entende-se que o prêmio oferecido estava aquém das necessidades de cobertura dos custos dos operadores, ou de que naquele momento não havia demanda por produto através deste tipo de mecanismo.

Resultado financeiro geral

Quadro 4.2.3.1 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Trigo	250.919,5	119.687.330,34
		Sacaria (mil unid)	2.321.610,0	1.940.027,50
	Contrato de Opção	Arroz	0,0	,00
Subvenção	Leilões de PEP	Trigo e Uva	1.280.609,6	126.348.370,87
	Leilões de PEPRO	Trigo	18.020,0	757.503,00
Total das Aquisições e Subvenções			1.549.549,1	248.733.231,71
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, Feijão, Trigo	557.579,6	342.781.979,54
	Venda em Balcão	Milho	155.169,0	59.217.005,92
Total das Vendas			712.748,6	401.998.985,46
Resultado Geral			-836.800,5	153.265.753,75

Fonte: Dirab/Suope

O resumo geral das intervenções governamentais para apoio à comercialização implementadas no decorrer do ano de 2012 indicam que o trigo demandou o maior volume de recursos, tanto na aquisição e formação de estoque, quanto no apoio ao escoamento para outras regiões consumidoras, representando 95% do volume físico e 91% dos recursos financeiros alocados e 53,7% da boa produção obtida na safra 2011/2012, com volume total de 2.742,2 mil/toneladas.

Nas intervenções governamentais efetivadas para regulação do mercado consumidor, destacam-se os leilões de venda de arroz (274.991,5 t) e do trigo (282.514,7 t), permitindo inclusive a liberação de espaço nos armazéns para recebimento da próxima safra.

As vendas em Balcão de milho atingiram recorde, com o volume de 155.169,0 toneladas, em razão da necessidade de abastecer pequenos e médios produtores, afetados em sua produção primária por longo período de estiagem que assolou o Rio Grande do Sul no 1º semestre do ano.

4.2.4 - Ajuda Humanitária Internacional

Com base na Lei nº 12.429 de 20/06/2011, alterada pela Lei nº 12.688 de 18/07/2012, foi dado prosseguimento às ações de Assistência Humanitária Internacional, através de doação de alimentos pelo governo brasileiro aos países listados no quadro abaixo.

Para estas ações foram disponibilizados estoques públicos de arroz em casca armazenados no Rio Grande do Sul, com as operações de troca sendo realizadas através de editais de leilão público, permitindo que no ano de 2012 fossem embarcados 156.611 toneladas de produto.

Quadro 4.2.4.1 – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados em 2012

País	Quant (t)	País	Quant (t)	País	Quant (t)
Bangladesh	7.000	Guiné-Bissau	200	Quênia	10.673
Bolívia	500	Gâmbia	3.500	Rep. Central Afric.	1.121
Bukina Faso	1.000	Haiti	5.252	Rep. Do Congo	5.695
Cabo Verde	300	Honduras	4.725	Senegal	9.364
Camarões	3.550	Madagascar	1.350	Somália	7.000
Chade	3.700	Mali	5.700	Sri Lanka	6.783
Congo	3.092	Mauritânia	1.500	Suazilândia	1.000
Cuba	27.000	Moçambique	600	São Thomé	225
El Salvador	1.180	Mauritânia	1.053	Timor Leste	225
Etiópia	14.571	Nicarágua	2.490	Uganda	3.882
Guatemala	2.180	Niger	11.700	Zimbábue	8.500

4.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	3,45	0,22	0,15
<p>Análise do Resultado: O desempenho do Programa Venda Balcão tem forte relação com as condições climáticas do RS, sendo demandado com maior incidência nos anos de frustração de safra do milho, situação ocorrida no ano de 2012. De acordo com o IBGE, o RS totaliza 860.714 produtores de aves, suínos e bovinos, não considerados outros animais, enquanto no Programa Balcão estão cadastrados 25.329 produtores, com parcela destes realizando mais de uma aquisição durante o transcurso da operação. É um mecanismo de abastecimento importante, pois oportuniza o abastecimento e regulagem dos preços de mercado aos pequenos e médios produtores, que acessam o Programa através das suas organizações representativas.</p>			

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort www.ceasa.gov.br.

- **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;
- **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;
- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

Quadro 5.1.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
AC	1	1	1	1	1
AL	1	1	1	1	-
BA	3	3	3	3	1
CE	2	1	1	2	-
DF	1	1	1	1	-
ES	3	1	1	1	1
GO	1	1	1	1	1
MA	1	-	-	-	-
MG	10	5	5	10	10
MS	1	1	1	1	-
PA	1	1	1	1	-
PB	3	2	2	3	-
PE	3	1	1	1	-
PI	1	1	1	-	-
PR	5	2	2	5	5
RJ	5	1	1	5	1

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
RN	1	1	1	-	-
RS	2	2	2	1	2
SC	1	1	1	1	-
SE	1				
SP	14	13	13	14	3
TO	1	1	1	-	-
Total	62	41	41	52	25

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

Quadro 5.1.2- Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros

Mercado Hortigranjeiro	Produto	Qtde Comercializada (t)	Valor (R\$)
CEASA RS – Porto Alegre	Hortigranjeiros	282.242,3	378.266.796,00
Total		282.242,3	378.266.796,00

Fonte: Site www.ceasa.gov.br

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas

As ações da REFAP não são desenvolvidas no âmbito da SUREG/RS

5.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.	50	0	50
Análise do Resultado: A Ceasa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, foi inserida à base de dados da Conab/Prohort em 2010; e a Ceasa Serra, em Caxias do Sul, em 2012.			

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, (saldo ao final do exercício)

Quadro 6.1.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Aves	1,8	14.999,04
Batata	118,2	331.656,17
Bebidas	219,3	1.171.753,09
Bovinos	50,7	359.060,47
Embalagens	4,9	17.089,49
Farinhas	21,0	20.634,64
Frangos	329,7	2.148.562,14
Frutas e derivados	35,3	128.130,90
Hortalças	0,3	1.891,52
Outros produtos alimentícios	1,7	14.103,24
Outros produtos frigoríficos	159,4	1.301.144,56
Pescados	49,9	260.440,56
Produtos indust/manufaturados	12,5	62.954,92
Semente	43,4	79.015,33
Suínos	194,7	535.566,59
TOTAL	1.242,7	6.447.002,66

Fonte: Suarm/Gearm

As atividades de prestação de serviços de armazenagem a terceiros são realizadas em dois Armazéns Frigoríficos, de ambiente artificial e outro convencional em ambiente natural, sendo que todos operam somente com produtos industrializados e manufaturados, excluindo-se portanto grãos em estado primário.

Desta forma, não são realizados serviços de reprocessamento ou outros correlatos necessários a conservação e boa guarda dos produtos, oferecendo-se somente serviços de armazenagem previstos nas Tabelas de Tarifas definidas para cada tipo de armazém, disponíveis no site www.conab.gov.br.

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

As movimentações de recebimento e expedição dos produtos nos Armazéns Frigoríficos são acompanhadas por fiscais do S.I.F. do MAPA, assegurando deste modo a qualidade necessária para a guarda das mercadorias.

Na unidade armazenadora convencional, a grande maioria dos produtos também vem acompanhada do seu respectivo laudo laboratorial ou certificado de classificação, não sendo recebidos produtos que se encontram fora das especificações registradas nos documentos fiscais.

Com estas práticas assegura-se que somente são armazenados produtos em boas condições de conservação e próprias para consumo humano.

Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

Quadro 6.1.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Serviços	4541341,76	143,51
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-217378,44	-6,87
=Receita líquida de vendas e serviços	4323963,32	136,64
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	0,00	0,00
=Lucro bruto operacional	4323963,32	136,64
-Despesas Operacionais	11418231,88	360,83
Despesas de Pessoal	3673894,43	116,10
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	7744337,45	244,73
Receitas Operacionais Diversas	10258714,53	324,19
Resultado Não Operacional	0,00	0,00
Resultado	3164445,97	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

Comparativamente ao desempenho do exercício anterior, ocorreu redução de 7,3% na receita das unidades próprias, em decorrência da saída gradativa de clientes de maior potencial em produtos frigorificados, em razão de ampliação das suas unidades próprias, bem como o aumento da oferta de espaço de armazenagem e flexibilização de tarifas operadas por outras empresas privadas.

6.3. Classificação de Produtos Agrícolas

Em razão da inexistência de armazéns próprios para prestação de serviços de armazenagem de grãos, não foi criada estrutura de laboratório específico para esta atividade no âmbito da Superintendência Regional, que se utiliza de armazéns privados para armazenar os estoques públicos. Assim, para as demandas de classificação de produtos no Rio Grande do Sul são utilizados os serviços de empresas de classificação devidamente credenciadas no MAPA.

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 7.1.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
AF CANOAS	1			13.000	13.000	3.906	30,0
AF PORTO ALEGRE	1			1.100	1.100	526	47,8
PORTO ALEGRE	2	13.300			13.300	1.923	14,5
Total	4	13.300	0	14.100	27.400	6.355	23,2

Fonte: Sicarm

O desempenho dos Armazéns Frigoríficos de Canoas e Porto Alegre em relação aos seus índices de ocupação pode ser considerado razoável em relação às suas capacidades instaladas. Estas unidades estão em operação a mais de 30 anos e requerem manutenção constante além da necessidade de obras e serviços de reparação, consideradas indispensáveis para prosseguimento das suas atividades com mínimas condições de segurança, situações que dependem da liberação de significativo aporte de recursos para sua efetivação.

Apesar de serem de mesma natureza, operam de forma distinta, sendo a unidade de Canoas mais voltada ao atendimento de clientes de maior porte voltados à exportação, enquanto a unidade de Porto Alegre opera com clientes de pequeno e médio porte, que atendem o varejo da região metropolitana, normalmente com menor volume de produtos, sendo ambas voltadas quase que exclusivamente às demandas de armazenagem de empresas privadas.

Além disto, fatores como a disponibilização de sistemas de armazenagem em drive-in em 2 câmaras frigoríficas no armazém de Canoas e a diversidade de produtos armazenados nas duas unidades, diminuem consideravelmente os espaços disponíveis, reduzindo o seu índice de ocupação. Portanto, considera-se que a capacidade instalada é nominal, não havendo possibilidade de atingir índice máximo de ocupação.

Contribui ainda para o baixo desempenho dos armazéns frigorificados, o fato de maior oferta de armazéns por empresas privadas, além das próprias agroindústrias que demandavam este tipo de atividade também ampliarem sua capacidade de armazenagem.

Como forma de uma melhor avaliação e entendimento da manutenção da prestação de serviços de armazenagem frigorificada a terceiros, foi deflagrado o Processo nº 06.0534/12 de 23/10/2012, com o fim específico de Estudo de Viabilidade Técnica, Financeira e Econômica, cujos resultados deverão ser apresentados no decorrer do ano de 2013.

Relativamente a Unidade Armazenadora Porto Alegre, suas atividades estão voltadas principalmente ao atendimento das demandas dos programas sociais do Governo Federal e como suporte de armazenagem das operações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar desenvolvidos pela CONAB, além da montagem de cestas básicas e distribuição dos diversos produtos ao público-alvo. Portanto, sua estrutura está disponibilizada aos atendimentos de curto prazo, onde os produtos apresentam alto giro e não permanecem estocados por períodos mais prolongados. Estas situações aliadas a outros fatores como a existência de estrutura de pallets e a diversidade de produtos armazenados, em sua maioria manufaturados que não permitem formação de blocos de maior volume, é que restringem o atingimento de um maior índice de ocupação dos armazéns.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro 7.1.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
P. Alegre	Arroz	346,0	729,7		1.076,0	1.591.489,50
P. Alegre	Arroz ecológico	29,0			29,0	45.530,00
P. Alegre	Feijão preto	0,1			0,1	182,50
P. Alegre	Feijão preto		9,4		9,4	13.284,42
P. Alegre	Feijão cor	87,5			87,5	125.781,25
Total					1.201,9	1.776.267,67

Fonte: Suarm/Gerap

Tratam-se de produtos oriundos das operações vinculadas ao PAA, acondicionados em pacotes de 1 kg e 5 kg para composição de cestas básicas para distribuição nos programas vinculados ao Fome Zero.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

Quadro 7.1.3 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados

Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Arroz em casca	1.089.956,1	18.772,3		1.108.728,4	823.616.027,09
Arroz benef.	1.381,0			1.381,0	2.027.788,27
Feijão cores		33,4		33,4	51.969,12
Feijão preto			30,7	30,7	42.284,73
Milho tipo			25.526,5	25.526,5	16.959.507,57
Soja básico			37,6	37,6	48.290,05
Trigo brando	571,0			571,0	315.839,20
Trigo melhorador	600,0			600,0	317.490,92
Trigo pão	264.555,2			264.555,0	139.214.471,83
				1.401.463,5	982.593.668,78

Fonte: Dirab/Suope

Em razão da inexistência de armazéns próprios da CONAB para a armazenagem de grãos nas diversas regiões produtoras do Estado, todo o estoque público oriundo das diversas operações de apoio desenvolvidas pelo Governo Federal é armazenado em empresas prestadoras de serviços de armazenagem, que se credenciam junto à Companhia para este fim.

Para tanto, devem atender as exigências definidas no Manual de Operações da Conab – MOC e firmar contrato de prestação de serviços de armazenagem com validade de 5 anos.

Ao final do exercício estava estocado em armazéns de terceiros no Rio Grande do Sul, o volume de 1.401.464 toneladas de grãos, representando 66,8% do estoque público brasileiro que na oportunidade era de 2.097.609 toneladas. Neste estoque destacam-se o arroz em casca, com 1.108.728 toneladas e o trigo com 265.726 toneladas, que juntos representam 65,5% do volume total de grãos.

De maneira geral, estes estoques permanecem sob o controle da CONAB em média 3 anos, sendo esta posição muito dependente do desenvolvimento do mercado e da própria produção, visto que normalmente há intervenção governamental com a venda dos seus estoques nas ocasiões em que por motivos de frustração de safras os preços ao consumidor final tendem a se elevar.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001

a) Principais problemas

Neste quesito será comentada somente a situação da Unidade Armazenadora de Porto Alegre, visto que o Decreto nº 3.855/2001 regulamenta as questões relativas a armazéns em ambiente natural.

Construída na década de 70, possui instalações parcialmente deterioradas pelo uso e pela idade, necessitando de obras e serviços de engenharia de modo a assegurar a segurança pessoal e patrimonial e a preservação dos produtos depositados.

b) Demanda por manutenção

- conserto do piso dos armazéns;
- fechamento da oficina mecânica, evitando a contaminação dos produtos alimentícios;
- execução de caixa separadora de água e óleo na oficina mecânica (exigência do órgão ambiental);
- fechamento do refeitório (evitando contaminação e melhorando a ventilação natural);
- adequações dos sanitários e vestiários às NR's;
- readequação dos espaços de acesso público visando a acessibilidade universal (escritório/sanitários);
- adequação de área existente para a instalação de laboratório de análise de grãos;
- correção de problemas de infiltração de água.

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Quadro 7.1.4 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
AF Porto Alegre	Instalação de sistema de drenagem nas antecamaras	1.180,00				1.180,00
	Instalação de dosador de cloro e bóia automática no sistema de cloração de água	408,00				408,00
	Conserto emergencial na empilhadeira elétrica	549,00				549,00
	Serviço de conserto na empilhadeira elétrica	489,00				489,00
	Aquisição de eletrodo, material p/ reparo em vazamento de amônia	165,30				165,30
	Conserto emergencial em veículo	168,00				168,00
	Serviço de conserto na empilhadeira elétrica	429,00				429,00
	Conserto de bomba desodora de cloro	650,00				650,00
	Recuperação de motor de tração da empilhadeira	546,00				546,00
	Aquisição de 1 empilhadeira		30.000,00			30.000,00
UF Augusto Leitão	Aquisição de correias p/ evaporadores	2.433,80				2.433,80
	Aquisição materiais p/ manutenção geral do frigorífico	232,00				232,00
	Serviço de troca de chicote do timão de uma paleteira	278,00				278,00
	Aquisição tinta anticorrosiva p/ cobertura bloco frigorífico	1.405,00				1.405,00
	Manutenção motor da antecâmara	318,00				318,00
	Aquisição de correias p/ evaporadores	204,00				204,00
	Aquisição de extrator hidráulico p/ serviços de retirada e colocação de rolamentos		3.395,76			3.395,76
	Contratação de empresa especializada p/ serviços de reforma e manutenção de compressor	26.939,70				26.939,70
	Aquisição de manômetro digital (p/ testes em motores elétricos)		1.135,90			1.135,90
	Serviço de calibração em válvulas de segurança de amônia	3.780,00				3.780,00
	Aquisição de 1 transformador de tensão trifásica		1.788,40			1.788,40
	Serviço de engenharia (laudo técnico p/ manutenção tubulação de amônia)	6.000,00				6.000,00
	Aquisição de 1 balança eletrônica		4.000,00			4.000,00
	Aquisição de materiais p/ substituição da tubulação e peças em 13 evaporadores e linha de amônia	15.731,70				15.731,70
	Contratação de empresa especializada p/ serviços de reforma em vazamento de amônia	11.948,00				11.948,00
	Serviços de conserto da empilhadeira	1.020,20				1.020,20
	Serviços de conserto e recuperação do eixo de direção de empilhadeira	618,98				618,98
	Aquisição de flanges macho/fêmea de aço	520,00				520,00
	Serviços p/ conter vazamento de amônia anidra	17.922,00				17.922,00
	Equipamentos de combate a incêndio	1.456,00				1.456,00
	Serviço de troca de contatora empilhadeira elétrica	250,00				250,00
	Aquisição de borracha pulsômetro p/ uso nas câmaras frigoríficas	4.720,00				4.720,00
	Aquisição de 2 baterias compatíveis empilhadeiras			29.850,00		29.850,00
	Serviço de colocação concretina em muro			4.158,00		4.158,00
	Contratação empresa p/ manutenção de máquinas e equipamentos	20.100,00				20.100,00
	Material p/ conserto tubulação do compressor	4.134,00				4.134,00
	Aquisição de hélice especial p/ ventilador da torre	7.100,00				7.100,00
	Conserto do sistema de aceleração do cilindro da empilhadeira			2.058,76		2.058,76
	Aquisição de 1 empilhadeira		477,00			477,00
	Aquisição de sistema de expansão de líquido			8.969,08		8.969,08
	Serviço de instalação do sistema de expansão de líquido			9.380,00		9.380,00
	Aquisição de materiais, tubos p/ serviço de vazamento de amônia	3.191,00				3.191,00
	Serviço de conserto do castelo d'água	2.395,00				2.395,00
UA Porto Alegre	Serviço de manutenção preventiva na subestação			39.251,44		39.251,44
	Aquisição de pneus automotivos p/ caminhões	14.400,00				14.400,00
	Aquisição de transpaletes		2.850,00			2.850,00
3		151.681,68	43.647,06	93.667,28	0,00	288.996,02

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Os investimentos no valor de R\$ 358.000,00 necessários para a certificação da Unidade Armazenadora de Porto Alegre estão previstos para o ano de 2014, conforme o quadro 7.5:

Quadro 7.1.5 – Investimentos em Unidades Próprias

UNIDADE ARMAZENADORA PORTO ALEGRE – RS		
Capacidade estática: 13.300	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00	O1
Recinto de Análise	50.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	O4
Sinalização de trânsito	3.000,00	O4
Sistema de combate a incêndio	225.000,00	O4
TOTAL	358.000,00	

Fonte: Suarm/Gerap

Legenda Obrigatoriedades:

01 – Exigência no momento da vistoria

04 – Exigência a partir de dezembro de 2015

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Quadro 7.1.6 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
	Convencional	Granel	Total			
4.825	2.845,7	26.343,0	29.188,8	Amendoim	5,5	71,6
				Arroz	7.739,6	
				Feijão	94,1	
				Girassol	5,1	
				Milho	3.342,7	
				Soja	6.526,6	
				Sorgo	54,6	
				Aveia	233,3	
				Canola	33,7	
				Centeio	2,4	
				Cevada	98,9	
				Trigo	2.742,2	
				Triticale	10,1	
Total Produção	20.888,8					

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Os constantes avanços tecnológicos relacionados à produção de grãos, fomentam também a ampliação de unidades armazenadoras, tanto por parte de produtores de médio e grande porte bem como de empresas cerealistas e cooperativas, estando o Rio Grande do Sul na liderança frente aos demais Estados produtores, no que tange ao aumento da capacidade armazenadora instalada e na construção de novas unidades, permitindo um melhor equilíbrio entre produção e espaço disponível para sua guarda.

Esta situação porém, não se aplica às informações do quadro apresentado, visto que a

produção agrícola da campanha 2011/2012 apresentou variação negativa de 27,5% em relação a safra anterior, sendo a cultura do milho (- 42,1%), da soja (- 43,8%) e do arroz (- 13,1%) as que sofreram maior redução, em razão de forte estiagem que assolou as regiões produtoras gaúchas no 1º semestre de 2012, demandando somente 71,6% da capacidade de armazenagem disponível no RS.

Assim entende-se que o cultivo de grãos no RS continua sendo muito dependente das variáveis climáticas durante o ciclo de desenvolvimento das diversas culturas, quer de verão quanto as de inverno, o que influencia na relação entre capacidade estática e o volume de grãos produzidos, conforme demonstrado no quadro abaixo. Verifica-se ainda um incremento de 56,3% na capacidade de armazenagem nos últimos 10 anos, enquanto a relação entre os anos de 2011 e 2012 foi positiva em 12,5%, mesmo tendo ocorrido uma frustração de safra.

Na estrutura de armazéns disponíveis verifica-se que 9,75% da capacidade está distribuída em armazéns convencionais, utilizados para guarda de produtos ensacados ou manufaturados, enquanto a armazenagem granelizada ocupa 90,25% do total, concluindo-se que o setor armazenador anda em paralelo com o setor de produção de grãos.

Quadro 7.1.7 - Relação Capacidade Estática – Produção de Grãos

	RS		
	Capacidade	Produção	Rel.(%)
2002	18.674,8	16.576,7	112,3
2004	20.035,3	18.235,7	109,0
2006	22.252,8	21.313,2	104,2
2008	22.491,1	22.631,2	-99,4
2010	23.082,1	24.670,5	-94,7
2011	25.947,4	28.649,7	-90,6
2012	29.188,8	20.888,8	139,7

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

Conforme informações da SUARM/Matriz as ações de capacitação estão suspensas, motivadas pela necessidade de implementação de novos controles, tipo feedback do participante, e redefinição do público-alvo beneficiado com o treinamento, e da regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação por meio de convênio entre a CONAB e a FUNARBE.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

7.2.1 – Quadro de Fiscais lotados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul

- 1) Ademir Francisco de Souza
- 2) Carlos Roberto Becker
- 3) João Cláudio de Lima

- 4) João Gustavo Leopoldo Bier
- 5) Lauri Ribeiro Velho
- 6) Leopoldo Karnopp
- 7) Orlando Tejada

Considerando o constante volume de estoques públicos sob jurisdição da SUREG/RS, oriundos das intervenções governamentais relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos, cuja formação é antecipada pelas fiscalizações prévias de definição da sua aquisição, além das etapas de realização de fiscalizações periódicas destes estoques, bem como as demais atividades que requerem estas ações, como as relacionadas ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, aos Programas de Seguro Rural, cadastro e credenciamento de armazéns, remoções de estoques entre outras responsabilidades, entende-se que o quantitativo de empregados habilitados às operações de fiscalização lotados nesta Superintendência Regional é insuficiente.

Desta forma, é comum a necessidade de deslocamento de empregados da Matriz e outras Regionais para dar suporte às diversas atividades, que no caso da vistoria de estoques é de responsabilidade da SUFIS, a quem cabe definir os parâmetros e critérios a serem desenvolvidos por ocasião das etapas de fiscalização, bem como a distribuição e indicação dos fiscais para o desenvolvimento dos trabalhos nas diversas Unidades Federativas.

Em relação ao efetivo desenvolvimento das fiscalizações, verifica-se que no âmbito desta Superintendência Regional, os trabalhos normalmente ocorrem de forma ordenada e sem maiores dificuldades de operacionalização, visto que os fiscais dispõem de todo o suporte para o seu deslocamento e segurança pessoal para o desempenho das funções, considerando-se ainda que a rede de armazéns credenciados que prestam serviços à CONAB está bem estruturada em sua maioria.

Para as ações de fiscalização dos estoques e das operações de garantia e sustentação de preços no RS, foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 256.678,92 distribuídos para as despesas de diárias, material de consumo, locomoção e outros serviços de terceiros.

Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

Nas etapas de fiscalização dos estoques no ano de 2012 foram anotadas 11 ocorrências em perdas de armazenagem e 12 ocorrências relativas a desvio de arroz e trigo.

A quantidade física verificada nas perdas foi de 1.274,3 toneladas de arroz com valor financeiro de R\$ 839.125,04 e de 705,8 toneladas de trigo com valor financeiro de R\$ 285.940,55.

Nas ações de desvio, foram apontadas faltas de 4.715,1 toneladas de arroz para um valor financeiro de R\$ 2.465.525,79 e de 891,4 toneladas de trigo no valor de R\$ 485.078,66.

Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

Em razão das anotações de desvio de estoques, foram descredenciadas 5 empresas armazenadoras no exercício de 2012.

Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab

Durante as etapas de fiscalização, quando são apuradas as condições de qualidade e quantidade dos estoques públicos, os fiscais também avaliam as condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras e os procedimentos que as mesmas aplicam na guarda dos produtos, orientando e indicando medidas corretivas a serem adotadas nas irregularidades apontadas. Dependendo do grau de comprometimento quanto a qualidade e quantidade de produto estocado, a fiscalização já promove a alteração da situação cadastral da unidade armazenadora, concedendo o tempo necessário, dentro de cada caso, para a regularização das pendências.

Em razão do alto volume de estoques públicos armazenados no Rio Grande do Sul, é comum o apontamento de irregularidades nos armazéns contratados, tanto por questões técnicas como por regularidade fiscal, visto que as unidades credenciadas também operam com estoques de terceiros, além das movimentações normais das safras. As irregularidades porém, normalmente são temporárias, pois as obrigações contratuais não permitem ao armazenador receber produto público estando o armazém impedido, sendo também prerrogativa da CONAB remover para outra unidade armazenadora o produto que estiver em armazéns nesta situação.

Verifica-se que com o advento da certificação de unidades armazenadoras, a tendência é de diminuição no apontamento de irregularidades técnicas nos armazéns credenciados e aptos a operarem com estoques públicos.

Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

Os débitos pendentes relativos à desvios ou perdas em estoques públicos ao final do exercício eram de R\$ 1.838.713.951,16. Deste total foram recuperados R\$ 5.816.477,53 e ainda 14.940 kg em produto.

No decorrer de 2012 também foram ajuizadas cobranças de débitos no valor de R\$ 2.036.614,32 relativos a desvios de 2.877.264 kg de arroz e 124.958 kg de trigo.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

Quadro 7.3.1 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

Demanda / Unid Armazenadora	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Removida (ton)	Valor do frete (Em R\$)
GOIÁS	RS	Milho	Venda balcão	5.175,2	4.876.136,57
MATO GROSSO	RS	Milho	Venda balcão	58.204,4	16.940.216,90
PARANÁ	RS	Milho	Venda balcão	45.466,0	3.636.090,92
Total				108.845,6	25.452.444,39

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

As operações de remoção de milho em grãos destinados ao Rio Grande do Sul originaram-se pela necessidade de abastecer pequenos e médios produtores através do Programa de Balcão, em razão de estiagem prolongada que impactou fortemente a produção agrícola do Estado no 1º semestre do ano.

Neste sentido foi coordenado pelas áreas da Matriz, operações de remoção originadas dos principais Estados produtores e que mantinham estoques públicos, tendo as empresas transportadoras se habilitado por intermédio de ofertas dos valores de frete por meio de leilões públicos eletrônicos através das Bolsas de Mercadorias habilitadas junto à CONAB.

Foram contratadas dos Estados do PR, GO e MT, 152.258,8 toneladas de milho, tendo sido efetivamente removidas no ano de 2012 108.845,6 toneladas, ou 71,5% do volume inicial, tendo sido canceladas 17.969,5 toneladas pelos motivos de inadimplência de empresas transportadoras, por desequilíbrio econômico/financeiro de parte do volume contratado e por problemas de qualidade do produto em alguns armazéns de origem.

Também foram verificados no decorrer da operação, problemas de atraso na consecução de parte da operação, ocasionados principalmente pelo fato da mesma ter acontecido em período de colheita da safra brasileira de soja, quando normalmente é alta a demanda por transporte.

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

O produto oriundo das remoções foi destinado às principais regiões consumidoras de milho, caracterizadas pela presença de pequenos e médios produtores de aves, suínos e leite, onde o grão é o principal insumo utilizado na alimentação dos rebanhos, tendo este abastecimento ocasionado impacto positivo, tanto na questão de disponibilidade do produto quanto na estabilização do preço praticado pelo mercado atacadista.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	1,96		
Análise do Resultado: Foram firmados contratos para credenciamento de 30 empresas armazenadoras, com capacidade estática de 573,4 mil toneladas, representando 1,96% da capacidade estática cadastrada.			
Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática -AF CANOAS	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	30	26,93	38,48
Análise do Resultado: Pequena retomada em relação ao ano de 2011, que apresentou o menor resultado em relação ao ano de 2010, quando se iniciou o ciclo de redução da ocupação da capacidade estática do armazém, principalmente pela migração dos principais clientes a outras empresas de armazenagem, bem como da expansão de armazéns próprios.			
Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática – AF CEASA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	47,8	64,64	68,91
Análise do Resultado: Apresentou redução na ocupação da capacidade instalada em relação aos períodos anteriores, tendo como causa principal a desativação de 1 câmara por longo tempo, para procedimentos de reforma em sua estrutura.			
Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática – UA PORTO ALEGRE	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	14,5	18,02	20,49
Análise do Resultado: A utilização do armazém para uso quase que exclusivo para as operações dos produtos do PAA, que apresentam alta rotatividade, reduzem seu potencial de armazenagem, apresentando baixo índice de ocupação.			
Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	74,68		
Análise do Resultado: Relativo a Unidade Armazenadora Porto Alegre, onde as constantes e crescentes demandas de apoio à comercialização do PAA requerem a utilização quase que exclusiva da capacidade de armazenagem e dos serviços correlatos da unidade.			
Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0,4	0,86	
Análise do Resultado: O índice de desvio de produto apurado foi inferior ao ano anterior, a considerar-se um volume 20,8% menor de estoques públicos registrados nos finais dos dois exercícios.			
Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	0,14	0,02	
Análise do Resultado: Mesmo apresentando índice superior ao ano de 2011, ainda se considera compatível com o volume de estoques públicos armazenados.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas o gerenciamento quanto a distribuição e a manutenção dos equipamentos, propor melhorias e substituição dos mesmos, além de eventuais apoios na criação e implantação de “pilotos” de novos sistemas necessários à boa gestão.

1) Situação do parque de informática na Sureg

O parque de informática da Sede da Sureg/RS pode ser considerado bom. No ano de 2012 a Regional recebeu da Matriz 7 notebooks (jan/2012), 28 micros desktop (nov/2012) e 5 impressoras (nov/2012). As configurações atuais atendem aos usuários mas é importante registrar que em torno 60% das máquinas utilizam Win XP, se houver a necessidade de migração para o Win 7 muitos equipamentos necessitarão upgrade.

2) Qualidade da rede informatizada

A infraestrutura física de rede da Regional, implantada em 1999, está desatualizada e com vários pontos inutilizados. Em função da constante substituição de equipamentos de TI, o cabeamento de toda Sureg, de categoria 5e, está obsoleto e necessita ser substituído de forma a atender requisitos atualizados, principalmente quanto às taxas de transferência de dados.

3) Suficiência de equipamentos

Na SUREG, a renovação programada dos equipamentos vem suprindo as necessidades de hardware, porém, nas unidades, a situação é insuficiente, principalmente no que se refere a hardware, pois os equipamentos existentes estão ultrapassados e desatualizados, necessitando de upgrade para acompanhar a evolução dos novos sistemas disponíveis.

4) Contratos na área de TI para manutenção de equipamentos

Os serviços de suporte técnico e manutenções corretivas nos equipamentos são realizados pela equipe do SEDEM. As manutenções de impressoras são feitas por empresas especializadas. É importante ressaltar que o atual custo de manutenção com impressoras é consideravelmente inferior ao custo mensal de um contrato de manutenção. Um dos fatores do baixo custo com manutenção foi o desuso das impressoras matriciais.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas

As atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional estão relacionadas ao cadastramento de unidades armazenadoras, informando nos Boletins de Cadastramento as coordenadas de localização dos armazéns, item de preenchimento obrigatório, sem o qual o respectivo Boletim não é gerado.

Estes dados constam no SICARM – Sistema de Cadastro de Armazéns, disponível na web site www.conab.gov.br, onde é gerado mapa temático com as principais informações da unidade armazenadora cadastrada, inclusive sobre seu credenciamento e certificação.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos de laboratório é executada por técnicos da Matriz, auxiliados por consultores do PNUD, com recursos da Companhia e vinculados ao Projeto Geosafra, enquanto as atividades de campo fazem parte das operações de recenseamento e cadastro de armazéns e das fiscalizações de estoques.

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Por coordenação da SUINF/GEASA são realizados 12 levantamentos de safras no intervalo de um ano, acompanhando de forma tempestiva as intenções de cultivo das culturas de verão, que se iniciam no mês de setembro, e das culturas de inverno a partir do mês de abril, bem como seu desenvolvimento durante todo o período, encerrando-se as atividades a cada ano-safra no mês de agosto.

No Rio Grande do Sul estão definidos 4 roteiros de viagem, que abrangem as principais regiões produtoras de arroz, feijão, milho, soja, trigo e as demais culturas de inverno, onde são visitados e consultados órgãos públicos como Emater, Irga e IBGE, profissionais da área agrícola de cooperativas e empresas cerealistas, produtores, agentes do sistema financeiro e do comércio de máquinas, implementos e insumos agrícolas vinculados à produção primária, intercalando-se as pesquisas com seis viagens à campo e outras seis através de contatos por telefone e correio eletrônico.

Na prática se estabelece que nos 3 primeiros levantamentos seja dada ênfase à intenção de plantio de cada cultura de verão, e nos demais as estimativas de produção. Nas culturas de inverno a intenção de plantio ocorre a partir do 7º levantamento.

Esta atividade está retratada no quadro a seguir, que compara os dados divulgados no 1º Levantamento da Safra 2011/2012 realizado no mês de Setembro de 2011, com o último Levantamento realizado em Agosto de 2012.

Verifica-se que a informação de área cultivada apresentou uma variação de – 0,8% entre o primeiro e o último levantamento, a média da produtividade finalizou com 17,1% superior à primeira estimativa e a produção com variação de – 19,9% justificada pela estiagem prolongada no 1º semestre do ano de 2012.

Figura 8 – Comparativos do Levantamento da Safra 2011/2012

Comparativo entre o 1º e o 12º Levantamento da Safra 2011/2012

ÁREA

Produto	Out 2011 – 1º Lev	Set 2012 – 12º Lev	Var %
Arroz	1.159,9	1.053,0	-9,2%
Feijão	68,5	59,5	-13,1%
Feijão 2ª	22,9	21,8	-4,8%
Milho	1.154,2	1.113,5	-3,5%
Soja	4.156,3	4.197,2	1,0%
Trigo	884,2	932,4	5,5%
Demais	194,4	200,3	3,0%
TOTAL	7.640,4	7.577,7	-0,8%

PRODUTIVIDADE

Produto	Out 2011 – 1º Lev	Set 2012 – 12º Lev	Var %
Arroz	7.000	7.350	5,0%
Feijão	1.200	1.098	-8,5%
Feijão 2ª	1.150	1.319	14,7%
Milho	4.550	3.002	-34,0%
Soja	2.400	1.555	-35,2%
Trigo	2.511	2.941	17,1%

PRODUÇÃO

Produto	Out 2011 – 1º Lev	Set 2012 – 12º Lev	Var %
Arroz	8.119,3	7.739,6	-4,7%
Feijão	82,1	65,3	-20,4%
Feijão 2ª	26,3	28,8	9,2%
Milho	5.251,4	3.342,7	-36,3%
Soja	9.975,0	6.526,6	-34,6%
Trigo	2.220,2	2.742,2	23,5%
Demais	420,7	444,6	5,7%
TOTAL	26.095,1	20.889,8	-19,9%

Fonte: Gedes/Segeo-RS

Nota: 1º Levto consta a média dos limites inf e sup

Levantamento de Safras

Relativamente aos dados finais da safra 2011/2012, verifica-se no quadro a seguir que a área cultivada foi superior em 1,9% a área da safra anterior, enquanto a produção finalizou com 20.889,8 mil/toneladas, inferior em 27,5% à produção obtida na campanha 2010/2011, perda esta ocasionada por prolongado período de estiagem que afetou principalmente as culturas de arroz, feijão, milho e soja em todas as regiões produtoras do Estado, enquanto o trigo apresentou volume de produção superior em 38,9% em área 17,6% maior que a safra anterior.

Figura 9 – Estimativa do 12º Levantamento da Safra 2011/2012

RIO GRANDE DO SUL

ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO

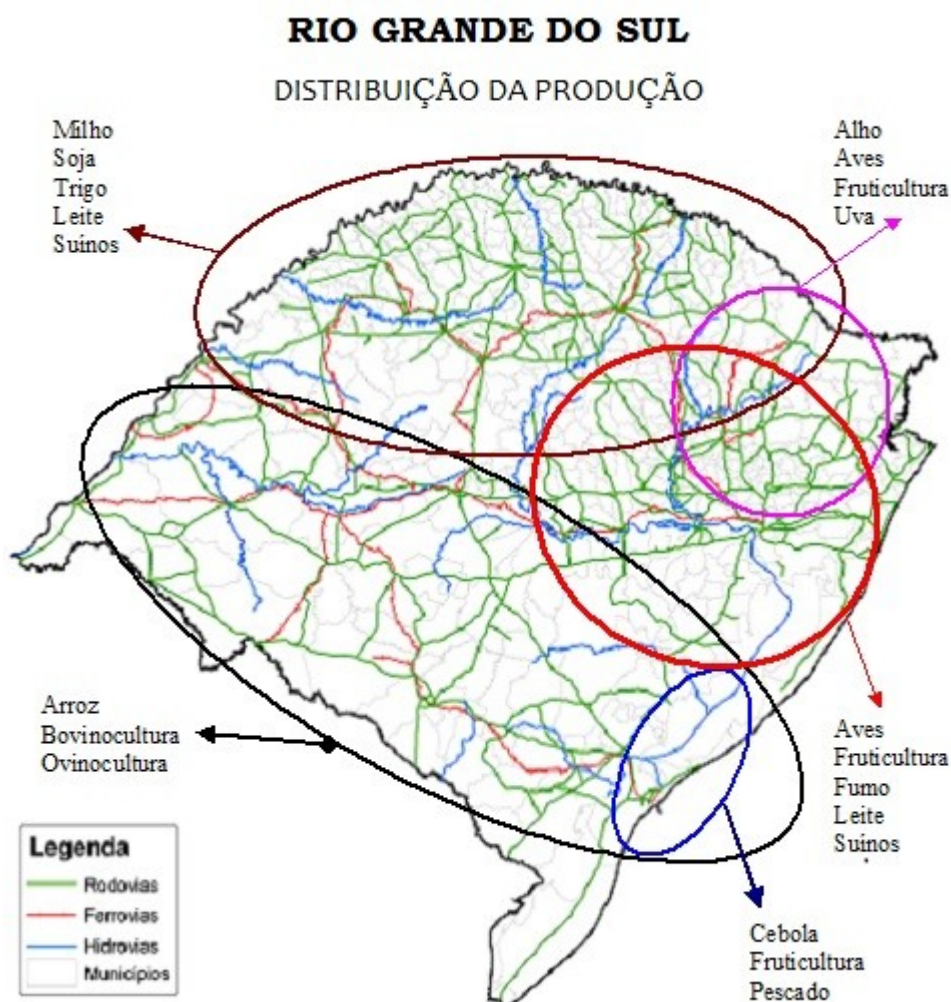
SAFRA 2011/2012

	Área (mil/ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil/t)			Prod Brasil (mil/t)	Prod partic RS/Brasil
	2010/2011	2011/2012	Var(%)	2010/2011	2011/2012	Var(%)	2010/2011	2011/2012	Var(%)	2010/2011	2011/2012
	(a)	(b)	(b/a)	(a)	(b)	(b/a)	(a)	(b)	(b/a)	(b)	(b)
ARROZ	1.171,6	1.053,0	(10,1)	7.600,0	7.350	(3,3)	8.904,2	7.739,6	(13,1)	11.600,3	66,7
FELJÃO	69,5	59,5	(14,4)	1.365,0	1.098	(19,6)	94,9	65,3	(31,1)	2.899,1	3,2
	22,9	21,8	(4,8)	1.268,0	1.319	4,0	29,0	28,8	(1,0)		
MILHO	1.099,2	1.113,5	1,3	5.255,0	3.002	(42,9)	5.776,3	3.342,7	(42,1)	72.731,0	4,6
SOJA	4.084,8	4.197,2	2,8	2.845,0	1.555	(45,3)	11.621,3	6.526,6	(43,8)	66.383,0	9,8
TRIGO	793,1	932,4	17,6	2.490,0	2.941	18,1	1.974,8	2.742,2	38,9	5.788,6	47,4
DEMAIS	195,6	200,3	2,4				424,6	444,6	4,7	6.493,9	6,8
TOTAL	7.436,7	7.577,7	1,9				28.825,0	20.889,8	(27,5)	165.895,9	12,6

Fonte: CON/12º Levantamento – SETEMBRO 2012

Demais: Amendoim, Aveia, Canola, Centeio, Cevada, Girassol, Sorgo, Triticale

Figura 10 - Localização da produção agropecuária do RS



Custos de Produção

As atividades relacionadas ao acompanhamento e levantamento dos custos de produção, balizadores das políticas governamentais de apoio à produção primária através da PGPM e do PGPAF, são desenvolvidas para as culturas de arroz, canola, girassol, milho, soja, sorgo, trigo, frango de corte, leite, e suínos relacionadas a agricultura empresarial, nas principais regiões produtoras do Estado, perfazendo um total de 19 planilhas de custos para este segmento, enquanto para o segmento da agricultura familiar são levantados custos para alho, arroz, banana, batata doce, batata inglesa, bergamota, feijão, girassol, leite, maçã, mandioca, milho, pessego, soja, trigo e uva, em outras 29 regiões distintas.

As planilhas e seus respectivos dados são periodicamente atualizados, em reuniões conjuntas com entidades representativas da classe produtora, produtores e agentes de mercado, sendo que no ano de 2012 do total de 48 planilhas, 12 tiveram seus pacotes tecnológicos

atualizados.

Além dos trabalhos de atualização, é realizada mensalmente pela GEDES/SEGEO a pesquisa de mercado de todos os itens que compõem as planilhas, cujos dados são inseridos em sistema próprio denominado SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, disponível na Intranet da CONAB.

Levantamento de Estoques Privados

Atendendo às orientações da CI/SUINF n°. 08, de 18.01.2012, que estabelece os procedimentos relativos ao levantamento e inserção dos dados dos estoques privados de arroz (em casca e beneficiado) no SIEPNet, as atividades foram desenvolvidas pela GEDES/SEGEO/RS, com as providências e encaminhamentos pertinentes.

Por meio da CARTA DIPAI n° 032, de 09.01.2012, foram encaminhados os Boletins de Levantamento de Estoques Privados (BLE's) a 3.912 CDA's cadastrados, selecionados pela SUINF/GEINT a partir da base de dados do cadastro de unidades armazenadoras da CONAB (Sicarm), dentro da região produtora de arroz deste Estado. No referido expediente foi instruído aos destinatários a devolução dos Boletins preenchidos à Sureg/RS, utilizando-se de envelope-resposta fornecido, cujos dados deveriam ser relativos aos estoques privados existentes na data de 28.02.2012.

Foram encaminhados 3.912 boletins, sendo que destes 1.074 foram respondidos, correspondendo a 27,5% do total, não retornando o quantitativo de 2.838 formulários.

As principais dificuldades apontadas para o baixo índice de retorno foram:

- Falta de entendimento/convencimento dos informantes quanto a importância das informações para a formulação de políticas públicas e ações governamentais de apoio à produção;
- Conscientização quanto à obrigação legal de prestar as informações;
- Não devolução dos boletins;
- Preenchimento incorreto dos boletins, especialmente quanto a:
 - Informar somente estoques privados, próprios ou de terceiros;
 - Identificação do informante, com nome, documento, cargo e assinatura;
 - Informar correções a serem feitas no cadastro da unidade e do agente armazenador;
- Informantes reportaram dificuldade na identificação dos CDA's, visto que as unidades foram cadastradas há vários anos e muitas sofreram alterações na sua infraestrutura;
- Dificuldade de contatar informantes, devido a desatualização do cadastro.

Dos boletins que retornaram com informações, extraiu-se um volume de 635,6 mil toneladas de arroz em casca de estoques privados.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005, 2006 e 2012 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Durante o exercício de 2012 não houve ingresso de empregados por meio de Concurso Público, tendo em vista que o referido Concurso foi realizado somente para a Matriz.

11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Aqui Entre Nós – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Quadro 11.4.1 – Ações de Capacitação

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO		
Área	Nº Treinandos	Horas/aula
Administrativa	18	81:00:00
Auditoria	1	10:00:00
Comunicação Social	22	220:00:00
Educação e Desenv	7	663:00:00
Financeira	8	680:00:00
Gerencial	1	06:00:00
Jurídica	3	55:00:00
Operacional	7	132:00:00
Planejamento	7	164:00:00
Total	74	2011:00:00

Fonte: Digep/Sugep

No que se refere ao Conhecimento e Aprendizagem o exercício de 2012 foi marcado por muitas dificuldades de execução de treinamentos, em face às restrições orçamentárias, além das novas instruções recebidas da Matriz, que por orientação da área jurídica da Companhia, recomendou que todo e qualquer treinamento deve ser realizado por meio de inexigibilidade de licitação. Esta modalidade, na prática restringiu significativamente a contratação de cursos para a maioria dos empregados, tendo em vista que, a partir das novas diretrizes, a inexigibilidade se aplica ao contratado de notório saber e por singularidade, inviabilizando a contratação de cursos de relativa simplicidade aos empregados.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A cada dois anos é realizado o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período.

As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia.

São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$135,38. Em 2012 foram realizados 74 treinamentos, com 2.011 horas/aula com decréscimo significativo de 91,7% sobre a quantidade do ano anterior, em função da

diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de área financeira que obteve a participação de 08 empregados em 663 horas/aula.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	122	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	122	1	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	#VALOR!	122	1	0

Fonte: Digep/Sugep

No que se refere ao quadro de pessoal da Superintendência Regional não houve maiores variações, tendo ocorrido somente 1 transferência de empregado por interesse mútuo para outra Unidade da Federação, 2 aposentarias por invalidez e o ingresso de 1 empregado por motivo de admissão pela Lei da Anistia.

Quadro 11.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	16
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	16
2. Afastamentos (2.1+2.2)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	3
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	19

Fonte: Digep/Sugep

Do quadro acima, cerca de 13,1% de Pessoas encontravam-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se que os cedidos a outros órgãos da administração federal localizados, em quase a totalidade, no interior do Estado, onde a Companhia não tem Unidades Próprias, razão pela qual não é possível o aproveitamento da força de trabalho na Companhia.

Quadro 11.5.3 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	22	6	5
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		22	6	5
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	22	6	5

Fonte: Dige/Sugep

Em relação aos cargos de funções gratificadas da Superintendência Regional, os mesmos estão de acordo com o Regimento Interno da Companhia, destacando-se que atualmente são 22 funções, preenchidas por integrantes do quadro de carreira da empresa. Em relação às variações de egresso e ingresso as mesmas foram resultado de incorporação de função gratificada, de acordo com os normativos internos.

Quadro 11.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	3	23	49	23
1.1. Em Cargo de Carreira		3	23	49	23
2. Empregado em Função Gratificada	0	2	7	12	3
2.1. Cargos de Carreira		2	7	12	3
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	0	5	30	61	26

Fonte: Dige/Sugep

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab – Cibrius, estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício.

Conforme quadro acima verifica-se a existência de pelo menos 87 empregados (71,3%) do número do quadro de pessoal da Superintendência, estão situados na faixa de idade com mais de 51 anos, razão pela qual demonstra-se fator preocupante sob ponto de vista de aposentadorias e idade mínima exigida para o Cibrius.

Quadro 11.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	3	10	19	8	4	28	2	18	4	2	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		3	10	19	8	4	28	2	18	4	2			
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	1	2	2	9	1	5	4	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira				1	2	2	9	1	5	4				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	3	10	20	10	6	37	3	23	8	2	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 49 empregados entre o nível analfabeto e com 2º grau incompleto, representando 40,16% do total de empregados da Superintendência. Para formação de 2º grau completo existem 37 empregados, representando 30,32% do total da força de trabalho. Existem 36 empregados com formação acadêmica na faixa de nível superior incompleto, superior completo, especialização ou pós-graduação e mestrado, representando 29,52% do total.

Quanto as Funções Gratificadas na Superintendência, do total de 22 existentes, 12 empregados tem escolaridade entre nível intermediário e médio e 10 tem escolaridade de nível superior a cursos de mestrado. Constata-se a necessidade da Companhia buscar meios de promover o incentivo de cursos de formação acadêmicos, bem como realizar concursos externos como forma de prover a administração de novos talentos, objetivando dotar o quadro de pessoal com melhor nível de escolaridade do quadro atual.

Composição do quadro de estagiários**Quadro 11.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários**

Escolaridade	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	(em R\$1,00)
1. Nível Superior	9	8	7	8	109.664,21
1.1 Área Fim	1	1	1	1	
1.2 Área Meio	8	7	6	7	
2. Nível Médio	5	7	7	6	
2.1 Área Fim	4	5	5	5	
2.2 Área Meio	1	2	2	1	
3. Total (1+2)	14	15	14	14	

Fonte: Dige/Sugep

Como forma de contribuir para a formação acadêmica de jovens estudantes a Companhia mantém um Programa de Estágio, cujo quantitativo no final de 2012, a Superintendência Regional contava com 14 Estagiários, sendo 8 estagiários de nível superior e 6 de nível médio, ao custo anual de R\$ 109.664,21 (bolsa auxílio e auxílio transporte). Destes estudantes de nível superior, 7 atuam em área meio e 1 em área fim e de nível médio, 5 atuam em área fim e 1

em área meio, conforme quadro acima.

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.5.7 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	6.391.431,70	-	-	76.397,28	399.507,00	1.343.887,10	-	325.276,82	-	8.536.499,90
	2011	7.123.776,32	-	-	87.448,08	672.100,00	1.285.648,02	-	-	-	9.168.972,42
	2012	9.017.988,50	-	-	165.771,08	215.636,00	1.408.797,56	-	236.903,22	-	11.045.096,36
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	432.769,35	-	-	-	-	126.932,10	-	18.065,28	-	577.766,73
	2011	503.930,21	-	-	-	-	136.612,70	-	-	-	640.542,91
	2012	621.525,52	-	-	-	-	153.026,05	-	13.183,70	-	787.735,27
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	3.028.735,82	-	1.066.218,48	7.344,00	29.887,00	351.725,60	-	122.483,64	-	4.606.394,54
	2011	3.511.082,74	-	1.151.241,66	5.256,00	-	406.698,62	-	-	-	5.074.279,02
	2012	3.554.248,50	-	1.326.521,42	26.358,24	15.792,00	406.333,30	-	103.571,30	-	5.432.824,76
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digeop/Sugep

Quanto aos gastos com pessoal a Superintendência Regional apresentou variação considerável no que se refere ao comparativo do gastos do exercício de 2011 para 2012. No exercício de 2012 foram gastos R\$ 11.045.096,00, com Vencimentos e Vantagens, Despesas Variáveis e Despesas de Exercícios Anteriores. Houve um acréscimo de 20,46% de 2011 para 2012 e 7,40% de 2010 para 2011. Em relação ao acréscimo de 20,46% das despesas de pessoal deu-se em função de alguns fatores, tais como: inclusão na folha de promoções por merecimento de anistiados, pagamento de anuênios para empregados com Função Gratificada Incorporada, Adequação de percentuais de Adicionais de Riscos de funções e aumento de salários por meio de Acordo Coletivo de Trabalho.

Em relação aos custos de pessoal referente aos cedidos, totalizaram R\$ 787.735,00 no exercício de 2012, representando 7,14% do total de gastos com a folha do pessoal da Superintendência. Em relação à variação de gastos de cedidos de 2011 para 2012, houve um aumento de gastos na ordem de 22,97%. Importante salientar que a maioria dos cedidos são compostos por pessoal anistiado que tiveram implementação de níveis de merecimento por ordem judicial em folha de pagamento.

Com referência aos custos de empregados com Função Gratificada, não ocorreram variações significativas de um exercício para outro, sendo que representa 49,18% do valor gasto com pessoal.

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 11.5.8– Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135315 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0088-31					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	04/09	04.281.402/0001-62	01/07/09	31/06/13	22						A	22	0
2010	L	O	01/10	10.930.752/0001-05	01/02/10	31/01/14	3						A	3	0

Observações:
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad/Setad

O quadro acima apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2012. Neste exercício a Superintendência mantém a prestação de serviços de Vigilância e Limpeza para a Sede e Unidades Operacionais, os quais foram contratados por meio de processo licitatório, conforme Lei nº 8.666/1993 e demais instruções normativas aplicáveis à legislação vigente.

Quadro 11.5.9– Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135315 – 22211										26.461.699/0088-31					
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	12	O	05/09	03.514.206/0001-28	15/06/09	30/01/13	103	103							P
2010	4	O	01/10	10.930.752/0001-05	01/02/10	31/01/14	1	1							P
2010	7	O	01/10	10.930.752/0001-05	01/02/10	31/01/14	4	4							P

Observações:
LEGENDA
Área:
 1. Segurança;
 2. Transportes;
 3. Informática;
 4. Copeiragem;
 5. Recepção;
 6. Reprografia;
 7. Telecomunicações;
 8. Manutenção de bens móveis;
 9. Manutenção de bens imóveis;
 10. Brigadistas;
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gefad/Setad

O quadro acima apresenta de forma detalhada a formação do quadro de serviços de locação de mão de obra, com vigência em 2012. Neste exercício a Superintendência mantém a prestação de serviços de locação de mão de obra de serviços de braçagem para as Unidades Operacionais, copeiragem e telefonista para a Sede, os quais foram contratados por meio de processo licitatório, conforme Lei nº 8.666/1993 e demais instruções normativas aplicáveis à legislação vigente.

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Quadro 11.5.10 – Sistema de Apreciação e Registros de Atos de Admissão e Concessões

APRECIÇÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES – SISAC

UNIDADE	EXERCÍCIO			
	2012		TOTAIS	
	ADMISSAO	DEMISSÃO	ADMISSAO	DEMISSÃO
MATRIZ	0	37	0	37
AC	0	0	0	0
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	0	1	0	1
RO	0	0	0	0
RR	0	1	0	1
AL	0	3	0	3
BA	0	2	0	2
CE	0	2	0	2
MA	0	0	0	0
PB	0	0	0	0
PE	0	5	0	5
PI	0	1	0	1
RN	0	1	0	1
GO	0	3	0	3
MS	0	1	0	1
MT	0	4	0	4
TO	0	1	0	1
ES	0	1	0	1
MG	0	1	0	1
RJ	0	2	0	2
SP	0	0	0	0
PR	0	1	0	1
RS	1	0	1	0
SC	0	0	0	0
TOTAIS	1	67	0	67

Fonte: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

No exercício de 2012 não ocorreram admissões por meio de concurso público na Superintendência Regional, tendo em vista que somente foi realizado concurso na Matriz. Por meio da Lei de Anistia, foi realizada 1 admissão.

Como já comentado em item anterior, em razão de não haver idade limite para aposentadoria compulsória e pela política de pessoal da Companhia, segundo as regras da Previdência Social e CLT os empregados que se aposentam não são desligados da empresa, permanecendo em atividade. Nesse sentido, a Superintendência Regional, por intermédio de suas áreas afins, tem insistido com órgãos da Matriz, no sentido de divulgar para outras áreas da Companhia a disponibilidade de vagas na Regional, bem como através da solicitação de recursos humanos por intermédio da realização de Concurso Público.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	27,05	26,61	23,01
Análise: A diferença percentual entre os anos de 2010 e 2011 deve-se a 4 empregados que concluíram o curso superior neste período, além da redução de 2 empregados entre um ano e outro, fato também ocorrido entre os anos de 2011 e 2012, mantendo-se o mesmo número de empregados de nível superior.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

No âmbito da Superintendência Regional não há ocorrência de empregado com acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Matriz (UG 135100).

Identificação da unidade

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012

A Unidade Orgânica do RS conta com 51 participantes ativos, que recolheram recursos na ordem de R\$ 440.330,93 para as suas contribuições, representando 2,9% de participação do valor global das contribuições.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012

As contribuições patronais relativas aos participantea ativos, demandou recursos na ordem de R\$ 440.349,40 representando 2,9% do valor global da sua responsabilidade.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

No RS são assistidos 87 participantes, que demandaram recursos na ordem de R\$ 1.450.301,25 para pagamento dos respectivos benefícios, representando 6,35% do valor global dispendido.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	830.400	510.417	700.000.000,00	286.026.215,92
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	3	3	252.153,26	199.693,62
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	1.323	2.226	750.000,00	256.678,92
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	200	985	10.000,00	13.870,41
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	50.000,00	37.398,60
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	4.000.000,00	3.983.431,75
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	8.500.000,00	8.018.352,62
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	410	392	505.000,00	503.747,08
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	75	86	45.000,00	43.967,87
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	115	117	705.000,00	702.511,09
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	80	74	40.000,00	28.627,37
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	002F - Cumprimento de Débitos	Não tem	Não tem	Não tem	22.698,00	19.406,40
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	150.000,00	117.631,84
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	531.000,00	530.802,84

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Em relação a ação 2130 – Formação de Estoques, a meta financeira realizada foi inferior, tendo em vista que os principais produtos agrícolas do RS amparados pela PGPM apresentaram preços equilibrados durante o exercício, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando de toda a intervenção prevista.

No caso da ação 2829 – Recuperação da Rede Própria, foram sobrestados alguns procedimentos de reforma/substituição de equipamentos em razão de contingenciamento orçamentário.

Na ação 2137 – Fiscalização dos estoques, a diferença é resultante de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques por comercialização e menor aquisição de novos produtos.

Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3,4,5 e 7.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação**Quadro 12.1.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2014 (SPA-Mapa)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	43.936,32
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.115.776,65
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	94.952.340,01
	2802 - Oper Aquisição alimentos	489.638,10
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	8.379.778,18
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	341.488,71
TOTAL		105.322.957,97

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

No âmbito da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul foram realizadas 309 vistorias em propriedades rurais, tendo sido dispendidos R\$ 43.936,32 para o custeio destas ações, não tendo sido apontadas irregularidades nas vistorias.

Levantamento da Safra de Café

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

Esta atividade não é realizada no âmbito da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.

Ações do MDS e do MDA

MDA - As ações 2B81 e 2B83 executadas através de Termos de Cooperação, estão detalhadas no item 3.2.5 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

MDS - As ações orçamentárias 2792, 2798 e 2802 estão detalhadas da seguinte forma:

- 1) Quilombolas: 701 famílias cadastradas, recebendo 5.226 atendimentos com 123.738 kg de produtos entregues;
- 2) Comunidades de Terreiros: 1.100 famílias cadastradas, recebendo 5.557 atendimentos com 131.828 kg de alimentos;
- 3) Acampados: 1.695 famílias cadastradas, recebendo 8.977 atendimentos com 226.639 kg de alimentos;
- 4) Movimento de atingidos por barragens: 1.799 famílias cadastradas, recebendo 9.171 atendimentos com 235.374 kg de alimentos;
- 5) Indígenas: 7.082 famílias cadastradas, recebendo 27.010 atendimentos com 683.475 kg de alimentos;

- 6) Pescadores Artesanais: 670 famílias cadastradas, recebendo 670 atendimentos com 16.080 kg de alimentos;
- 7) Atendimentos Especiais: distribuição de 17.121 kg de alimentos.

No somatório das ações foram atendidas 13.047 famílias com 1.434.255 kg de alimentos distribuídos.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 12.2.1– Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	86714899,21	1603046,42	85033680,29	78172,50
2010	104907,60	0,00	0,00	104907,60
2009	239041,58	0,00	0,00	239041,58
2008	113291,77	0,00	0,00	113291,77
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	269957996,13	114410591,29	155520433,09	26971,75
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Após análise dos saldos de empenhos de despesas de restos a pagar processados de exercícios anteriores, verifica-se que tratam-se de saldos que não serão mais utilizados no presente exercício e desta forma serão cancelados no decorrer do exercício de 2013.

No que se refere ao saldo de restos a pagar não processados o exercício de 2011, verificou-se que trata-se de saldo de empenho de despesas que não foram efetivadas e assim deverão ser cancelados no exercício de 2013.

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág 92.

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 12.7.1 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Canoas	2	2	O prédio localizado em Caxias do Sul foi doado à ADCOINTER, resta a escritura e a baixa patrimonial/contábil, cfe. Voto DIAFI nº 110/12. O armazém localizado em São Borja e os terrenos em Vacaria estão destinados a venda (Conad – Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010).
Porto Alegre	3	3	
Caxias do Sul	1	1	
São Borja	1	1	
Entre-Ijuís	1	1	
Guarani das Missões	1	1	
São Paulo das Missões	1	1	
Vacaria	7	7	
Total Rio Grande do Sul	17	17	

Fonte: Diafi/Supad

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 13.1.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para			X		

permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em conso-

nância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;

III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;

IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;

VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;

IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAIN, inclusive.

Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

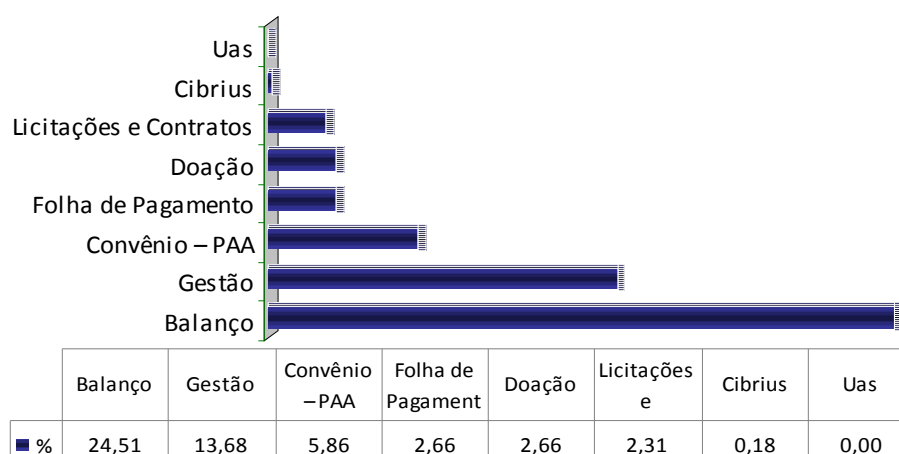
O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução.

O gráfico da Figura 11 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Figura 11

Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme quadro a seguir.

Quadro 13.3.1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

Quadro 13.3.2 – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; - Falhas na execução das atividades; - Falhas na documentação e instrução de processos; - Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de normas internas; - Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; - Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiências de qualificação e capacitação; - Estrutura Organizacional - Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência ou deficiência de sistemas; - Infraestrutura (equipamentos); - Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> - Operacional; - Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

Figura 12 - Quantidade de Recomendações por Tipo

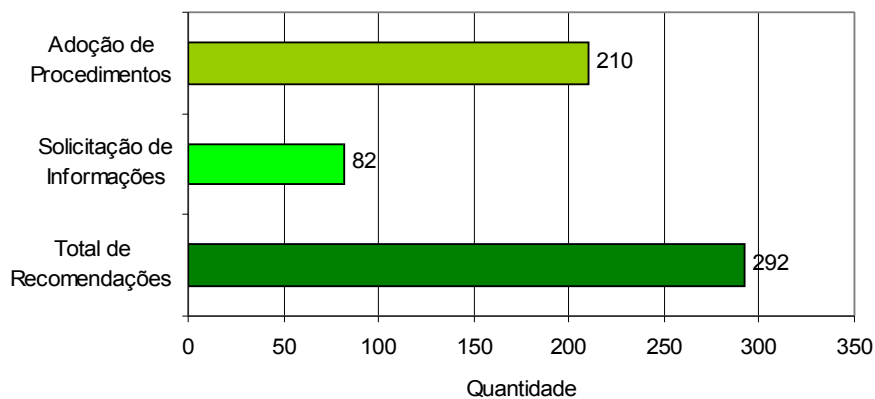


Figura 13 - Quantidade de Recomendações por Categoria

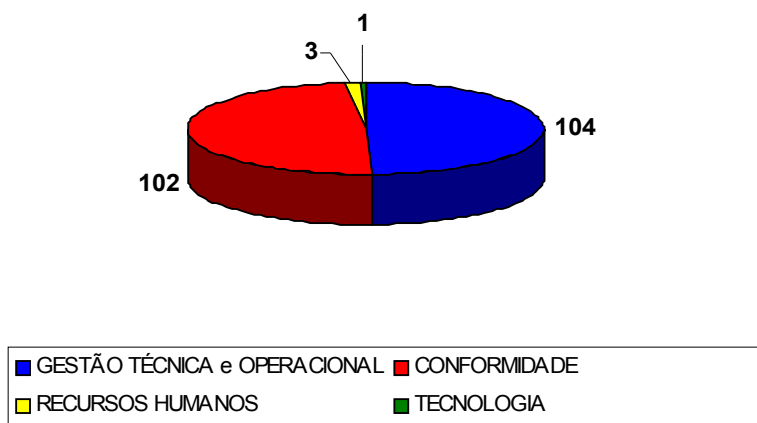
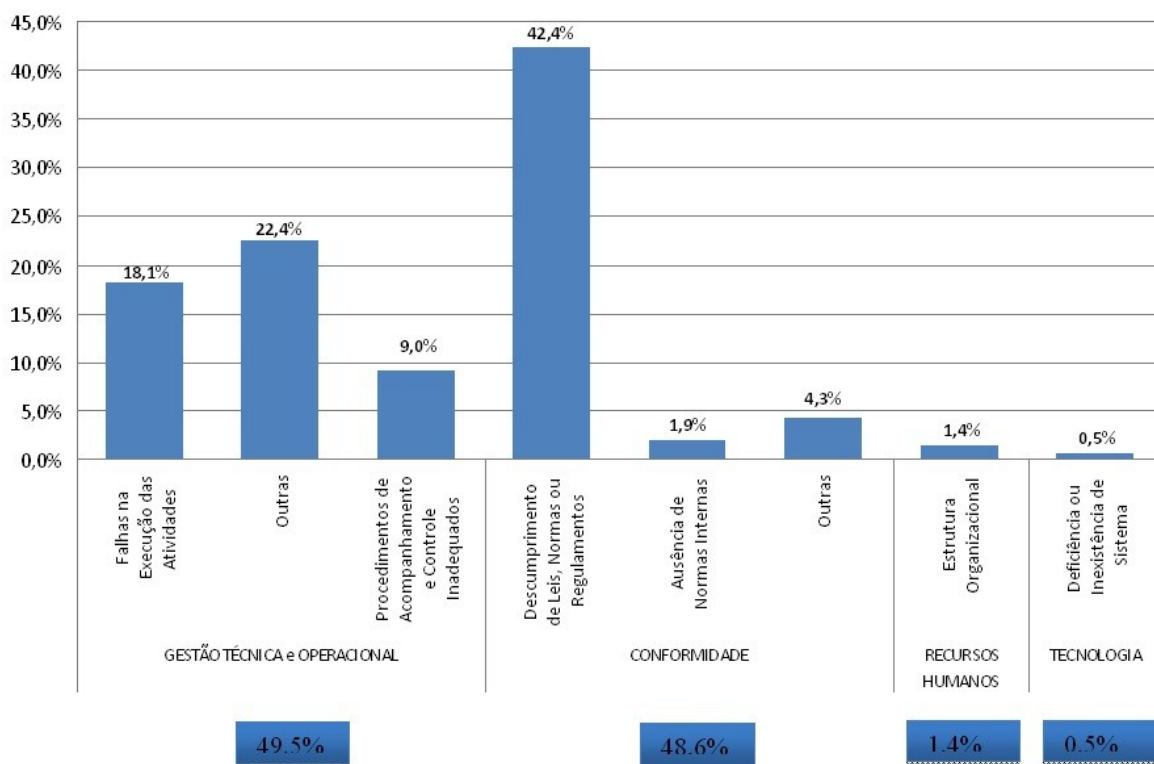


Figura 14 - Recomendações por Subcategorias



Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto.

Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão para o atendimento das políticas de apoio à comercialização dos produtos agrícolas estabelecidas pelo governo federal.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez de recursos humanos pela não reposição de pessoal nas Superintendências Regionais, assim como da limitação orçamentária para despesas de custeio e a necessidade de melhorias nas instalações físicas e do mobiliário da sede da Superintendência, situações estas que permanecem na pauta desta gestão com vistas a obtenção das soluções necessárias junto as instâncias superiores da empresa.

Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

ANEXO I - Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 12.5.1 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92

Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.5.2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.5.3 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.5.4 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.5.5- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSFP/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.72

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em R\$1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível

com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de

insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de

Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011

Em R\$ mil

Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que

serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747

Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Em R\$ mil

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o

lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de

Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53